

EXTRA
CLASSE.ORG.BR
ANO 21 | Nº 238 | NOVEMBRO DE 2019

Diminuem as vagas de trabalho nas penitenciárias gaúchas

A crise econômica, a falta de espaço e a marcação cerrada das facções que veem com maus olhos os presos que trabalham são elementos que dificultam a ampliação da empregabilidade no sistema prisional gaúcho

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

Pedro Serrano explica o autoritarismo líquido e como tem sido recorrente nas instituições

08 MOVIMENTO

Economia feminista, além de tema acadêmico conta com várias experiências práticas

11 WEISSHEIMER

Debate sobre Código Ambiental para o RS apresentado pelo governador Eduardo Leite

12 POLÍTICA

Em meio a crise governo adia debate sobre Reforma Tributária que só poderá vigorar em 2021

14 ESPECIAL

O trabalho prisional tem vagas reduzidas e enfrenta oposição das facções

18 ENSINO PRIVADO

22º Prêmio Educação RS concedeu o troféu *Penas Libertárias* aos agraciados de 2019

22 INTERVALO

Professor transforma uma velha Kombi em uma casa sobre rodas

23 ROLIM

Movimentos populares no Chile e o cenário de desigualdade social que os motivou

24 ARTE +

A pesquisadora Adevanir Aparecida Pinheiro fala sobre o feminismo negro na Universidade

Autoritarismo sólido, líquido e gasoso

Prezados leitores, a segunda metade do mês de outubro no Brasil foi vertiginosa em demonstrações de autoritarismo por parte das máximas instâncias de poder e do clã Bolsonaro, o que inclui a estranha simbiose entre o pai presidente e os filhos que ocupam cargos em diferentes níveis legislativos (senador, deputado e vereador).

Os discursos foram desde acionar a PF, via ministro da Justiça, para conter eventuais desmandos nas investigações do Caso Marielle a ataques verbais contra jornalistas, veículos e ameaças de retorno ao AI-5. Bravatas ou não, são discursos que nascem respaldados de ações coordenadas tanto no Ministério da Justiça quanto no MP do Rio de Janeiro por procuradores que vestiram literalmente a camiseta de Bolsonaro nas últimas eleições e que, pelo jeito, ainda não tiraram.

Seguem as dúvidas sobre os mandantes e causas da execução, mas não restam dúvidas quanto ao uso das estruturas públicas para dificultar ou retardar por mais de 600 dias as conclusões sobre o assassinato de Marielle e Anderson, ocorrido em 14 de março de 2018, pelo Escritório do Crime, nem dúvidas sobre as ligações das Milícias do Rio das Pedras com o clã Bolsonaro e com Queiroz, o assessor do caso do Laranjal (sobra a práticas das rachadinhas na Alerj).

Nesse caldo de acontecimentos, o advogado Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional e Teoria do Direito da PUC-SP, pela qual é mestre e doutor em Direito do Estado, com pós-doutorado pela Universidade de Lisboa, analisa o que identificou como novas mutações do poder e da política na atualidade: o *autoritarismo líquido*. Foi sobre esse tema que concedeu entrevista ao *Extra Classe*. Para ele, diferente dos regimes ditatoriais do passado,

caracterizados por tropas nas ruas e estados de sítio, os autoritários do século 21 são governos eleitos democraticamente, que produzem medidas de exceção por dentro da democracia e podem ser tão letais quanto aqueles.

Segundo Serrano, essas políticas simulam uma aparência de constitucional, de jurídica e de democrática, mas em realidade seu conteúdo material é tirânico, de perseguição aos inimigos não mais o "comunista", mas a população jovem, negra e pobre da periferia, e também líderes políticos de esquerda e movimentos sociais, o que inclui ONGs e sindicatos.

TRABALHO PRISIONAL – Reportagem especial mostra a realidade da escassez de vagas de trabalho nas penitenciárias gaúchas, os motivos dessas poucas vagas e o importante papel do trabalho penitenciário na recuperação de apenados e apenadas na ressocialização desses.

ECONOMIA FEMINISTA – No auge dos debates do Plano Nacional de Educação, apesar de ter ficado no limbo, diante das atuais políticas do MEC, deixou sementes, a economia feminista. Nossa reportagem mostra a teoria e a prática dessa forma de viabilizar economicamente as mulheres seja por iniciativas de disciplinas em cursos acadêmicos, seja na organização de cooperativas de produção.

REFORMA TRIBUTÁRIA – Com a divisão da base governista e debates transversais que abalaram o governo, a próxima reforma que entraria na pauta do Congresso, a Reforma Tributária, acabou por subir no telhado. Governo recuou e sem clima para debater qual o melhor modelo tributário para o país, a pauta poderá ficar para o ano que vem e eventuais mudanças para 2021.

Boa leitura!

Nota de esclarecimento

Ao contrário do que havia informado na matéria *Autolesão: dor, escuta e acolhimento*, no jornal *Extra Classe*, edição 237, de setembro de 2019 (pág.10), o Sinepe/RS afirma que as direções das escolas particulares, juntamente com as equipes pedagógicas e os professores, monitoram atentamente comportamentos autolesivos dos estudantes e trabalha-se a prevenção por meio de diferentes projetos de valorização da vida, que ocorrem de forma curricular e extracurricular.



REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Adevanir Aparecida Pinheiro, Cátia Cylene, Delmar Bertuol, Flavio Ilha e Hygino Vasconcellos

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

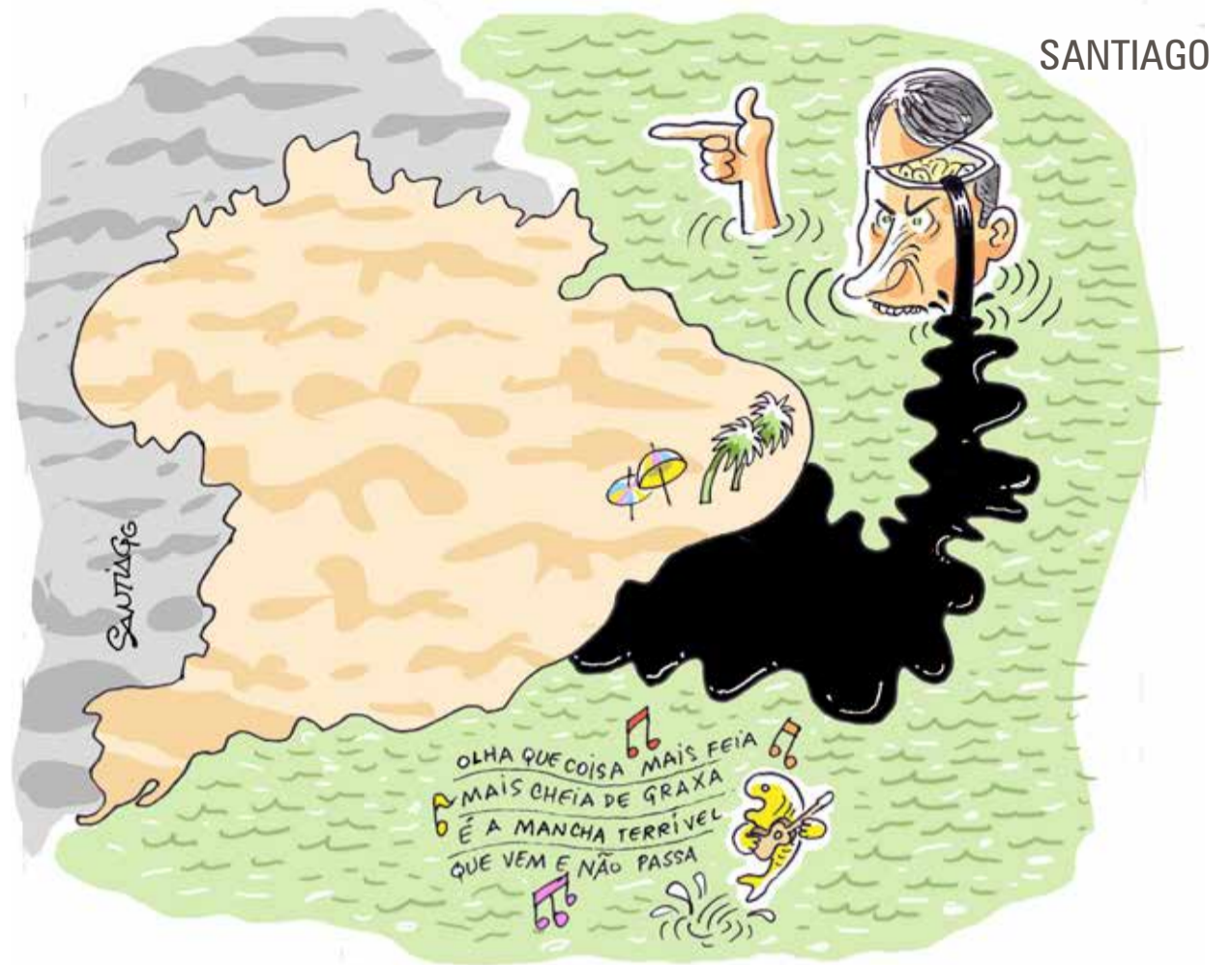
extraclasse.org.br [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse)

Eu sou você amanhã

Numa coisa o presidente Jair Bolsonaro tem razão, os protestos no Chile têm a ver com o período da ditadura no país só que pelos motivos inversos ao que mandatário máximo brasileiro acredita. O modelo econômico chileno pós-golpe militar de 1973, comandado pelo general Augusto Pinochet, está no centro do debate dos protestos no Chile. Com a constituição implementada pelos militares chilenos, sob os auspícios dos Chicago Boys, colegas de escola econômica de Paulo Guedes, o famoso posto Ipiranga da presidência.

Trata-se do grupo de jovens economistas do país que fizeram suas pós-graduações na Universidade de Chicago e implementaram as privatizações como um dos pilares do modelo de Pinochet e pioneiros na América Latina.

Além da forte privatização em áreas como Educação, Saúde e Previdência Social, serviços básicos como eletricidade e saneamento básico passaram a mãos particulares, concentrando fortemente a renda do país.



SANTIAGO

“É a economia, estúpido”!

por Gilson Camargo

No Chile, o movimento popular foi desencadeado no dia 6 de outubro pelo anúncio de um aumento de 30 pesos na tarifa do metrô de Santiago. Ao longo de quase três décadas, o povo chileno viveu relativa restauração dos direitos civis, mas amargou o aprofundamento de medidas econômicas neoliberais, a exemplo da Reforma da Previdência que empurrou aposentados para a miséria por meio do sistema de capitalização, no modelo defendido pelo ministro da Economia brasileiro Paulo Guedes.

Extra Classe – Como explicar os protestos que estão ocorrendo em diversos países, do Chile ao Líbano?

Lenio Streck – Brincando com uma famosa frase (slogan interno da campanha de Bill Clinton, em 1992): the economy, stupid (é a economia, estúpido). Parece-me que esse é o principal fator, na medida em que a concentração de renda e o aumento da pobreza levam as populações ao desespero. Veja-se que o Chile, a menina dos olhos dos neoliberais, acabou fazendo água. Portanto, não é só a economia em si, mas os efeitos colaterais de políticas que afastam o Estado de seu papel promocional.

EC – Para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, os levantes sinalizam o fim do neoliberalismo, que não criou paz social nem investimentos.

Lenio – Concordo. O neoliberalismo ou o nome que se dê a esse fenômeno, está nos estertores. O Estado volta ao século 19, só que de forma mais sofisticada.

EC – Como analisa a convulsão social no Chile?

Lenio – Chile é isso: a ideia de Estado social foi deixada de lado. Ora, em um país periférico, retirar o Estado das relações sociais é receita para uma tempestade perfeita. O escândalo dos fundos de aposentadoria mostra que ao lado do crescimento econômico houve um crescimento proporcional de pobres. E velhos pobres. E pobres velhos.

“Não é por 30 pesos, é por 30 anos”, repetiam os chilenos pelas ruas de Santiago – eles foram taxados de “alienígenas” e as manifestações como “invasão estrangeira” pela primeira dama Cecilia Morel, que num áudio vazado revela o temor do 1% mais rico diante da revolta dos outros 99%: “Vamos ter de diminuir o nosso privilégio e compartilhar mais”. O jurista e professor de Direito Constitucional Lenio Streck avalia esses movimentos na entrevista a seguir.

EC – Quem são os “alienígenas”?

Lenio – Devem ser os mesmos denunciados por Bolsonaro aqui no Brasil. Devem ser os comunistas, os cubanos, os venezuelanos, os corintianos, os índios e quejandos.

EC – Alguma semelhança com o Junho de 2013?

Lenio – Difícil dizer. Posso arriscar dizendo que sim. Há fatores que levam a pensar isso. Com a diferença que, aqui, o governo Dilma não provocara esse arrocho nas camadas mais pobres como foi no Chile.

EC – Qual a importância desse levante – que emparedou Piñera – para a América Latina?

Lenio – Mostra que nenhum governante pode descansar em paz. Deve sempre dormir com um olho aberto. Ou ele será atacado por seus amigos ou ele será enfrentado por aqueles que seu governo prejudica. Trata-se de um movimento desalienador. Traz as pessoas de volta às ruas. E pode ser contaminante.

EC – E para o povo brasileiro?

Lenio – Por aqui é mais difícil. O governo Bolsonaro possui muito apoio popular ainda. É mais fácil os caminhoneiros pararem o país em um movimento a favor do governo do que as ruas se encherem de pessoas contra o governo. Porém, voltemos à frase: é a economia, estúpido! Ela pode ser decisiva.

A era do autoritarismo líquido



Foto: Divulgação



Foto: Denisse Gacía Bustos/ spanishrevolution.org

por Gilson Camargo

Depois de investigar os processos penais de exceção que no século 20 caracterizaram uma ditadura jurídica do capital, linha de pesquisa que deu origem ao livro *Golpismo e Autoritarismo na América Latina – Breve ensaio do Judiciário como instrumento de exceção* (Alameda, 2016), o advogado Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional e Teoria do Direito da PUC-SP, pela qual é mestre e doutor em Direito do Estado, com pós-doutorado pela Universidade de Lisboa, analisa o que identificou como novas mutações do poder e da política na atualidade: o *autoritarismo líquido*. Diferente dos regimes ditatoriais do passado, caracterizados por tropas nas ruas e estados de sítio, os autoritários do século 21 são governos eleitos democraticamente, que produzem medidas de exceção por dentro da democracia e podem ser tão letais quanto aqueles. Essas políticas simulam uma aparência de constitucional, de jurídica e de democrática, mas em realidade seu conteúdo material é tirânico, de persecução aos inimigos, não mais o “comunista”, mas a população jovem, negra e pobre da periferia, e também líderes políticos de esquerda. “Nesses processos, o réu é tratado não como um cidadão que errou, mas como um inimigo político”, resume Serrano, pesquisador convidado da Universidade de Paris-Nanterre.

Extra Classe – O conceito de autoritarismo líquido aborda a natureza das medidas de exceção por dentro das democracias. Como essa nova modalidade de autoritarismo do século 21 se instala?

Pedro Serrano – *Autoritarismo líquido* significa exatamente um modelo de autoritarismo que não se dá pela via de um governo de exceção, ou seja, de uma ditadura, de um nazifascismo ou de um bonapartismo. Trata-se de governos eleitos, democraticamente em geral, mas cujo mecanismo de autoritarismo é a produção intensa de medidas de exceção no interior da democracia.

EC – Mas os regimes democráticos têm lá as suas disfunções, não?

Serrano – Todo regime democrático tem, às vezes, medidas autoritárias no seu interior, no seu cotidiano. São disfunções. Mas nesse caso não se trata de medidas de exceção isoladas e sim de uma patologia, ou seja, com uma intensidade muito maior do que seria admissível ou imaginável, embora indesejado, num sistema democrático de intensidade regular. O autoritarismo líquido é um mecanismo mais evoluído de autoritarismo na sua ótica autoritária.

EC – Como essa forma fluida de autoritarismo se instala nas democracias?

Serrano – A lógica de todo sistema autoritário é camuflar o seu elemento autoritário, se fortalecer em justificativas e ter o mínimo desgaste possível, para permanecer o máximo possível no poder. O Maquiavel falava, com muita correção a meu ver, que a virtude do político é alcançar o poder e nele permanecer o máximo de tempo possível. Um sistema autoritário busca permanecer o máximo possível como tal no poder, e na medida em que ele dificultar a sua identificação como autoritário é mais tempo de permanência, em tese, que ele tem. Essas medidas de exceção que compõem o autoritarismo líquido são interessantes para o sistema autoritário exatamente porque elas são mais cirúrgicas, não implicam suspensão dos direitos de toda a comunidade, pelo menos ao mesmo tempo. São produzidas medi-

das de exceção no mesmo ambiente em que são produzidas medidas democráticas, então fica mais difícil a sua identificação. E elas sempre têm mais bem construídos os seus discursos de justificação.

EC – Tirania com um verniz democrático?

Serrano – A característica de uma medida de exceção é ser uma fraude no sentido jurídico da expressão. Ou seja, ela tem uma aparência de constitucional, uma aparência de jurídica, uma aparência de democrática, mas em realidade tem um conteúdo material tirânico, de persecução ao inimigo político.

EC – Como isso ocorre na prática?

Serrano – Por exemplo, um processo penal de exceção, que é uma das espécies do gênero medidas de exceção, tem uma aparência de cumprir a ordem jurídico-constitucional, mas no seu conteúdo não trata o réu como um cidadão que eventualmente errou. Ele trata de um conteúdo material político de persecução à figura de um inimigo, entendendo-se inimigo como a pessoa que é desprovida de sua condição humana no sentido jurídico-político da expressão, ou seja, um ser, um corpo que não tem proteção jurídico-política mínima.

EC – Como se diferencia o autoritarismo deste século dos regimes de exceção do século 20?

Serrano – Há uma mudança, uma alteração muito grande na forma e, por consequência, na natureza do autoritarismo do século 20 para o século 21. Antes eram governos de exceção em que o estado de exceção se instaurava como medida de emergência, sempre com o discurso da defesa da segurança e do Estado e da sociedade. A título de garantia da segurança e da paz da sociedade se realizava o combate ao inimigo, suspendendo os direitos desse inimigo. Os inimigos do século 20, no plano social eram gerais. O comunista, por exemplo, pode ser negro, branco, pobre, rico. Os direitos da sociedade como um todo eram suspensos parcialmente, como o direito da livre expressão.

E se constituía para isso um governo de exceção, uma ditadura, um nazifascismo, um bonapartismo.

EC – O que provocou essa mudança?

Serrano – A Segunda Guerra Mundial provocou uma revolução na forma como o homem ocidental encara o mundo, uma vez que os dois grandes pilares da sociedade ocidental, democracia e ciência, deixaram de garantir a adoção de medidas ou decisões éticas. A ciência foi utilizada para o genocídio e a democracia para acabar com a própria democracia. O nazismo e o fascismo ascenderam ao poder por vias democráticas, e pela via democrática, se utilizando das autoridades democráticas, acabaram com a própria democracia e com os direitos. O pós-Segunda Guerra é uma ressaca dessa tragédia que foi o nazismo, a radicalização de algumas estruturas ocidentais. No século 21 isso já muda.

EC – Isso levou a uma radicalização antifascismo no pós-guerra...

Serrano – No plano jurídico, o que sobrou como resíduo disso é a formulação de um sistema jurídico pautado em constituições rígidas, que não deixavam mais as decisões políticas ser totalmente livres. Obrigavam essas decisões a terem que respeitar os direitos de liberdade, as liberdades públicas da cidadania. E a realizar os direitos sociais. Também estabeleciam outros tipos de opções político-ideológicas que as constituições rígidas trazem no campo material. Mudou profundamente o constitucionalismo a partir daí.

EC – Diante disso, o autoritarismo se reinventou?

Serrano – O impacto desse pós-guerra torna difícil a existência de ditaduras, ainda existiram até muito recentemente na América Latina, mas como um resíduo que vinha sendo combatido por esse modelo de vida do pós-guerra. Mas isso não significa que acabou o autoritarismo. Faz surgir uma nova forma de autoritarismo no século 21, que media discursivamente com esse constitucionalismo e com essa visão de democracia que inclui direitos do pós-guerra. O *autorita-*

A característica de uma medida de exceção é ser uma fraude no sentido jurídico. Ou seja, ela tem aparência de constitucional, jurídica e democrática, mas tem um conteúdo material tirânico, de persecução ao inimigo político



Foto: Divulgação

risimo líquido se caracteriza como uma mera mediação discursiva, a finalidade é autoritária. Por isso se criam medidas de exceção. São medidas que têm uma aparência de juridicidade e de constitucionalidade, uma aparência democrática, mas o seu conteúdo material é tirânico, no sentido clássico da expressão tirania na filosofia política.

EC – Qual o papel do Judiciário na ascensão dos novos regimes de exceção na América Latina e no Brasil?

Serrano – Na América Latina a minha pesquisa concluiu que se mantém até hoje o sistema de justiça ou – e isso é absolutamente novo em termos de exceção, de autoritarismo – como soberano fundamental e agenciador das medidas de exceção. O inimigo aqui não é o estrangeiro, não é o terrorista.

ENTREVISTA

Portanto, não verificamos um regime jurídico especial de segurança nacional no qual são produzidas medidas de exceção.

EC – Afinal, quem o Estado sob autoritarismo líquido elege como inimigo?

Serrano – Essa técnica desenvolvida com a juventude negra das periferias, pobres, levou ao aumento do encarceramento em massa de forma brutal e também um aumento brutal nos homicídios e na violência pública. E por que esse tipo de mecanismo aumenta a violência? Porque ele aumenta o encarceramento, aprisionando um exército de jovens que praticaram crimes de baixa intensidade, por exemplo, pequeno tráfico etc. Dentro da cadeia eles acabam tendo que se filiar a organizações criminosas para poder manter sua integridade física e as próprias vidas. E passam a ser soldados dessa organização, matando e praticando violência. Isso faz alavancar a violência. Saímos de um índice de violência razoável no fim dos anos 1980 para isso. Em números absolutos, somos o país que mais mata no mundo, temos a polícia que mais mata e morre no planeta. Chegamos a ser o terceiro país que mais aprisiona e atualmente, entre os cinco maiores aprisionadores, o que mais cresce. Nos Estados Unidos, por exemplo, já está caindo o número de aprisionados, na China e na Rússia também, mas o Brasil insiste em crescer 6% a 7% ao ano em número de aprisionados. Permanecemos nessa política.

EC – Qual a relação entre os processos forjados contra civis e os de persecução a inimigos políticos?

Serrano – O interessante é que essa técnica de investigação, o processo penal de exceção, migra para a política, como no caso do Mensalão aqui no Brasil. Líderes políticos passam a ser tratados como a juventude negra da periferia era tratada nos inquéritos dos processos penais. O que ocorre não só no Brasil, mas em diversos países da América Latina. Passamos a ter líderes políticos, em geral de esquerda, perseguidos. Mas na Venezuela líderes políticos de direita também são perseguidos pelo governo de esquerda. Os processos de direito penal comum, normalmente de corrupção ou crimes contra a administração pública, passam a ser utilizados contra os líderes políticos de segmentos que assumiram o poder na América Latina, com o fim de persecução política.

EC – Como se caracterizam esses processos penais de exceção?

Serrano – Têm uma aparência de juridicidade, de cumprimento das normas democráticas, mas no conteúdo são ações materiais tirânicas, de combate ao inimigo. Isso não é novo na humanidade. Temos por exemplo os processos de Moscou, de estrutura semelhante, onde havia tribunal, advogado, recurso, juiz, mas todo mundo já sabia o resultado antes de ocorrer, ou seja, era um processo meramente pantomímico, mera formalidade, mera forma num conteúdo político agres-

sivo e de trato do inimigo, em que o réu era e é tratado nesses casos não como um eventual cidadão que errou, mas como um inimigo político. Isso passa a ser usado contra lideranças na América Latina e, em especial aqui no Brasil, nós vimos isso acontecer no caso do Mensalão.

EC – Nesse sentido, o impeachment forjado contra a ex-presidente Dilma Rousseff e a fraude processual que mantém o ex-presidente Lula preso, só para citar os mais escandalosos, são exemplares?

Serrano – O caso Dilma, eu não vou ter tempo aqui de me estender, mas esse é um debate que todos já conhecem bem. Eu me posicionei desde o começo pela intensa inconstitucionalidade do conteúdo da decisão. As chamadas pedaladas fiscais não justificam o impeachment de forma nenhuma. O jurista norte-americano Ronald Dworkin deixa bem claro em um artigo publicado na revista *The New Yorker*, no final dos anos 1990, que o processo de impeachment do então presidente Bill Clinton, nos EUA, depois rejeitado pelo Legislativo, era um golpe constitucional. Dworkin foi a primeira pessoa a usar essa expressão “golpe” para se referir a esses impeachments inconstitucionais. E exatamente porque ele observava a Constituição sendo utilizada para golpear a própria Constituição. À interpretação constitucional, os agentes que deveriam interpretar e garantir a Constituição, se utilizando da figura da interpretação

constitucional para golpear a própria Constituição. E ele faz uma observação que eu acho brilhante nesse artigo: num presidencialismo democrático o impeachment deve ser encarado que nem apertar o botão da arma nuclear. Ou seja, é um instituto a ser usado em situação de absoluta emergência, de forma extremamente rara. E o que a gente viu foi ele ser banalizado na América Latina como forma de persecução política a governos de esquerda legitimamente eleitos, portanto, medidas de exceção.

EC – Mas com aparência de medida democrática...

Serrano – Na América Latina nós vamos ter duas grandes categorias de medidas de exceção: os inquéritos e processos penais de exceção e os impeachments constitucionais, sem prejuízo de outros tipos de medidas que possam existir, mas esses são os mais impactantes sistemicamente. O autoritarismo é líquido por quê? Como ele é realizado por medidas de exceção e não por governos de exceção, ele tem baixa densidade como autoritarismo e ele não instaura uma ditadura, mas ele dilui, em um certo ponto ele liquidifica as diferenças entre o que é uma ditadura e o que é uma democracia. Às vezes é difícil identificar se um país é democrático ou não exatamente por causa dessa liquidez de medidas que são adotadas, ora medidas democráticas, ora medidas autoritárias ou de exceção.

Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?



O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: sinpro.rs.org.br/casadoprofessor | Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do
PROFESSOR
Hotel

Frutas doces, vidas amargas: a miséria dos trabalhadores temporários nas lavouras

De acordo com a Oxfam Brasil – organização independente e sem fins lucrativos –, trabalhadores temporários das lavouras de frutas no Nordeste estão submetidos a práticas degradantes de trabalho e baixos salários. Isso, apesar do setor de fruticultura ser composto por empresas estruturadas e com diversas certificações. A conclusão é do relatório *Frutas Doces, Vidas Amargas*, divulgado na última quinta-feira, 10. Muitos dos trabalhadores que atuam no Nordeste são os mesmos que migram de estado em estado, organizados por intermediários. Realidade similar foi constatada pela reportagem do *Extra Classe*, em março de 2016, intitulada *Os nômades da colheita de maçãs*.

“Muitas empresas que têm diversas certificações importantes como Rainforest, Fair Trade ou Global Gap, que é específica para as cadeias dos supermercados, mesmo em empresas certificadas, a gente ainda encontrou – apesar de não ser algo sistêmico – casos de práticas muito ruins e até degradantes de trabalho, principalmente contaminação por agrotóxico, intimidação, às vezes falta de banheiro, falta de refeitório, ou seja, infraestrutura inadequada”, disse Gustavo Ferroni, da Oxfam, responsável pelo relatório. Leia a íntegra em www.extraclasse.org.br.

CARMEN DE OLIVEIRA

Cinco mitos sobre o abuso sexual na infância e adolescência

Dados do Ministério da Saúde sobre a violência sexual em 2018 sinclizam a predominância na infância e adolescência (72% do total), sobretudo nas meninas (74% dos casos), com uma ocorrência precoce (51% antes dos cinco anos de idade) e tendência à repetição (42% são vítimas recorrentes).

Esta situação evidencia duas desigualdades básicas: de gênero (com a naturalização de uma sexualidade masculina invasiva) e de geração (pela imposição dos adultos, através da autoridade e uso da força).

Assim sendo, as estatísticas sobre os abusos sexuais no país revelam o óbvio: o machismo e o adultocentrismo fazem mal às novas gerações. Por outro lado, há uma aguda contradição, como sugere o psicanalista Contardo Calligaris: quanto mais sexualizamos as crianças, mais queremos defendê-las do sexo, reforçando alguns tabus. Leia a íntegra em www.extraclasse.org.br.

Foto: Reprodução/Gazeta do Cariri



MOISES MENDES

Beijem-se

O beijo dessa foto expressa um ato político em seus mais amplos sentidos. É um beijo que corre o mundo. Beijaram-se, e beijaram-se muito e demoradamente, as colombianas Claudia López e Angelica Lozano. As duas comemoravam a eleição de Claudia para a prefeitura de Bogotá no domingo (27/10). O Brasil discute se o Rio vai reeleger o ultrarreacionário Marcelo Crivella e se São Paulo pode ter como prefeita a bolsonarista Joice Hasselmann. E a estigmatizada Bogotá nos diz que é possível eleger uma mulher de lutas históricas contra as alianças de políticos e traficantes. Militante de todas as liberdades.

O beijo pode ser a melhor expressão, pela força simbólica, do que aconteceu nas eleições recentes na Colômbia, no Uruguai, na Argentina, na Bolívia. As frentes progressistas continuam avançando, como acontece no Chile. Leia a íntegra em www.extraclasse.org.br.

Foto: Reprodução



AMBIENTE

Extra Classe recebe Prêmio José Lutzenberger de Jornalismo Ambiental



Fotos: Dominga Menezes/Carta Editora

A reportagem *Sementes crioulas mobilizam produtores do Vale do Taquari*, do jornalista Gilson Camargo (em detalhe na foto), publicada no *Extraclasse.org* em 23 de maio deste ano, foi contemplada com o primeiro lugar na categoria Webjornalismo da 6ª edição do *Prêmio José Lutzenberger de Jornalismo Ambiental*. Esse é o 37º prêmio de jornalismo conquistado pelo *Extra Classe*, publicação editada pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) desde 1996, e o segundo concedido a reportagens exclusivas do site do jornal. Para esta edição foram inscritos 154 trabalhos. A cerimônia foi realizada na noite de terça-feira, 22, na Nau Live Spaces, a sede restaurada do antigo Clube Gondoleiros, no bairro São Geraldo, em Porto Alegre. Os escolhidos receberam o Troféu Mãos do Mundo, produzido pela ecodesigner Ritha Braga.

O prêmio é uma iniciativa da Associação Riograndense de Imprensa (ARI), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Rio Grande do Sul (Abes-RS), em parceria com a Braskem. Destina-se a valorizar reportagens que abordem ações positivas pela preservação do ambiente.



Projeto de economia feminista envolve cerca de 500 cooperados desde o plantio de algodão orgânico até a confecção do produto final

À teoria e a prática da economia feminista

por Cátia Cylene

fotografia Igor Sperotto

Visibilizar as dimensões de gênero dentro da dinâmica econômica, como ato essencial ao desenvolvimento da equidade de gênero, com foco na análise da reprodução da vida e não na reprodução do capital. Eis o cerne da economia feminista – corrente de pensamento heterodoxo, promotora de reflexões sobre a diferenciação entre cuidado com a vida e benefício capitalista. É isso que a universidade – por meio de cursos e disciplinas específicas – e organizações civis de mulheres têm buscado: além de debater, implementar de fato.

Tudo que dá sustentação à vida deveria ser contabilizado no Produto Interno Bruto (PIB) dos países, no entanto, a execução dos afazeres domésticos é ignorada pela teoria econômica que não a valora e, portanto, não a contabiliza. Essa forma de tributar no Brasil impacta principalmente as mulheres, já que são as que recebem salários inferiores, cumprem jornada dupla de trabalho e adentram em maior número no mercado informal, o que implica desvantagens na aposentadoria. É a chamada feminização da pobreza. Esta realidade é ainda pior entre mulheres negras, que sofrem com recorte racial.

Baseado nisso, em 2016, antes do *impeachment* que destituiu a presidente Dilma Rousseff, o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), quando ainda era pauta prioritária de governo, norteou a criação da disciplina de Economia Feminista. Oferecida pela Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Ufrgs, ela fundamenta-se na necessidade de superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e relativas à diversidade sexual presentes na sociedade e no ensino brasileiro. E, por conta do interesse público gerado pela nova disciplina, em setembro deste ano, a FCE ofereceu um curso de extensão intitulado O papel e os desafios da economia feminista no contexto contemporâneo.

O objetivo do curso é estudar os princípios da economia feminista e discutir como essas ideias fornecem condições para a com-

preensão das questões de gênero e sua relação com os processos econômicos, oferecendo uma abordagem crítica ao pensamento dominante. O curso teve excelente adesão. Pensado, inicialmente, para 20 pessoas, contou com 70 participantes e mantém lista de espera para próxima edição.

Conforme a professora Janice Dornelles de Castro, coordenadora do curso, refletir sobre a forma do cálculo da produção no país, que exclui o trabalho doméstico – normalmente, 90% ou mais, feito pelas mulheres – leva ao questionamento do *status quo*. “O que significa esse cálculo do ponto de vista da aposentadoria das mulheres? Da riqueza produzida no país? Quem se apropria disso? O marido? O capitalismo? A riqueza é produzida e alguém se apropria dela”, reflete.

Em alguns países isso já está avançando e os serviços realizados no interior dos lares são remunerados. Existem creches e asilos o suficiente para atender a toda demanda, inclusive nas contas nacionais. “Aqui no Brasil, quando nasce uma criança é a mulher que para de trabalhar para cuidar. Quando se torna idoso, quando a criança, ou o marido adoece, é a mulher que não vai trabalhar fora para se dedicar a este cuidado”. Existe, além do fator cultural, uma carência de atendimento do Estado. Daí a importância de trazer esta discussão para dentro da Faculdade de Economia, cuja composição é apenas 25% feminina.

Teorias de economia feminista; Mercado de trabalho e Polí-



A Justa Trama recebeu, em outubro, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, em duas categorias. Levou o 1º lugar em Geração de Renda e o 3º na Gestão Comunitária e Algodão Agroecológico.

ticas Públicas de gênero; Economia solidária e Desestruturação do Estado; Empreendedorismo feminino e Ecofeminismo são as temáticas abordadas no curso de extensão. Para a professora Lucia Garcia, tratar de temas que são candentes da sociedade explica a participação de mulheres jovens que estão adentrando nos movimentos sociais e no mercado de trabalho, além de mulheres que participam há mais tempo destes grupos e buscam compreender qual o papel que desempenham na atualidade. “A importância de estudar economia feminista é que ela desnuda muitas questões que a economia tradicional não faz. Ela joga luz sobre a segmentação do tempo das atividades necessárias à vida. Que tipos de atividades o mercado valoriza e quais tipos não valoriza? Quem apontou estas diferenças entre formas de trabalho e ação humana que promove a vida?”

Do percurso entre a academia e a vida real, verifica-se que no cotidiano das mulheres da periferia não há divisão do tempo entre aquilo que é do mercado e o que é da sua vida particular. Há coletivização para organizar suas ações. Reúnem seus filhos para o cuidado comunitário, por exemplo, quando necessitam sair dos seus lares para batalhar pelo seu sustento. “As mulheres já procuram esta solução, a academia que não reconhece. Basta ver uma mãe reservando parte do seu tempo para acompanhar os temas de casa de seus filhos. Isso é produção, é trabalho e é aposta na

formação, na educação e no futuro. Um cuidado de quem aposta num ser humano que não é só força de trabalho, mas alguém que atua na sociedade”.

As mudanças são visíveis, mas carecem de maior amplitude. As mulheres estão revolucionando o conceito de família para poderem sobreviver e revolucionando o conceito de viver – na base da troca. “Mas se nós ficarmos focados nos modelos estéreis que não conseguem retratar isso, poderemos até ser premiados constantemente, mas não estaremos dando conta do fundamental que um economista deve dar conta, que é garantir o desenvolvimento da sua gente, da sua terra, do seu país”, salienta a professora Lucia.

Pensar numa perspectiva de como a sociedade se reproduz e como a economia feminista está relacionada à economia solidária e à economia ecológica, colabora para a transformação das pessoas, tanto nas micro quanto nas macrorrelações. É o que observa a doutoranda em Economia, Cristine Pereira Vieceli. “Por isso a necessidade e a importância de encontrar respostas diferentes para a economia, neste momento de crise”. Nesse sentido existe o Congresso de Economia Feminista Internacional e a tendência é que este movimento cresça também aqui no Brasil, dado o cenário de crescimento do desemprego e da economia informal, da retirada de direitos dos trabalhadores, da crise financeira e social que o país enfrenta.



Professora Janice Dornelles de Castro, coordenadora do curso O papel e os desafios da economia feminista no contexto contemporâneo, na Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Ufrgs

Constituição política do feminino

A economia feminista propõe uma nova forma de pensar a economia, partindo de um ponto que merece atenção nos tempos atuais: "Qual a vida que merece ser vivida"? Sob esse olhar, partilha valores, sentidos e significados com a economia solidária que propõe uma visão mais ampla das práticas sociais e econômicas com base na reprodução social e não na reprodução do capital.

Para a equatoriana Deici Yvets Morales Medina, doutoranda no PPGCOM/Ufrgs, a constituição política do feminino na América Latina opera na solidariedade e no comunitário, por isso é preciso reconhecer os esforços que fazem as mulheres por viverem num sistema patriarcal e colonial de violências. "São os trabalhos coletivos das mulheres que estão nos convidando a interpelar os sistemas de produção de exploração e os sistemas de consumo global mercantil. Para gerar outras lógicas de produção e consumo baseadas na relação de afetos, que deve operar na solidariedade e no sentido do comum", avalia Yvets.

Essa outra forma de economia encontra campo fértil numa cultura política baseada na horizontalidade, pluralidade, democracia e par-

ticipação. Exemplo disso é a rede sustentável entre fornecedores da cadeia produtiva de roupas e acessórios, formada por trabalhadores do Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rondônia, da qual a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens) faz parte.

Criada por 35 mulheres da periferia de Porto Alegre, no bairro Sarandi, em 1996, a Univens impulsiona a criação da incubadora popular, a Escolinha de Educação Infantil Nova Geração – que atende 56 crianças – e a Justa Trama. Tudo construído a partir do conceito da economia solidária. Com sede própria, clientes e parceiros fidelizados, hoje envolvem cerca de 500 cooperados desde o plantio de algodão orgânico à confecção do produto final. Como reconhecimento deste trabalho, a Justa Trama recebeu, em outubro, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, em duas categorias. Levou o 1º lugar em Geração de Renda e o 3º na Gestão Comunitária e Algodão Agroecológico.

A dupla premiação foi amplamente comemorada. Para a costureira Nelsa Nespolo, coordenadora da Justa Trama e pre-

sidente da Unisol RS (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), receber este prêmio no momento em que estatísticas demonstram que o povo brasileiro teve a sua renda diminuída e que a concentração de renda entre os mais ricos só aumentou nos últimos dois anos é de extrema importância. "Seremos premiados numa Tecnologia de Geração de Renda, onde o princípio fundamental é a justa distribuição da renda gerada entre todos que participam, com uma preocupação com o meio ambiente, mostra que estamos na contramão do rumo que vai o Brasil. Por isto, temos certeza que estamos no caminho certo", resalta Nelsa.

A iniciativa ainda conta com o Banco Justa Troca que trabalha com a moeda social chamada Justo, com trocas e empréstimos. Vários estabelecimentos comerciais do Sarandi fornecem desconto em seus produtos e serviços para quem adere a este tipo de economia. Além disso, na sede da Justa Trama também são fornecidos cursos de capacitação e geração de renda, teatro, palestras e debates.

Nelsa tanto é referência por seu protagonismo na economia solidária, que é finalista na cate-

goria Empreendedorismo e Negócios do Prêmio Claudia 2019. "São muitos desafios, mas a gente pode se apoiar e saber que as conquistas de umas podem incentivar outras. As mulheres têm a questão dos cuidados com a família, da dupla jornada, e ainda, quando atuam na economia solidária, têm que pensar toda a gestão e o empreendimento. Como se produz, como comercializa, como garante qualidade, comprometimento e consciência política de cada cooperada. Tem todo esse processo e ter identidade própria é fundamental. Nós, mulheres, temos uma capacidade ímpar e carregamos a razão e o sentimento juntos, o que é muito importante para o desenvolvimento social".

O poder do protagonismo feminino tem impulso na sociedade atual. "A realidade tem mostrado a força das mulheres neste momento de resistência, pois estamos numa fase de desabono salarial, desvalorização e arrefecimento das políticas públicas, além de um governo federal que é uma aberração", salienta Daniela Oliveira, socióloga, doutoranda em Sociologia na Ufrgs, pesquisadora e trabalhadora da economia solidária.

PLANEJE SEUS SONHOS.
contribuições flexíveis para você criar o seu futuro.

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR: **SINPRO/RS**
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO: **FUNDAÇÃO CEEE**
PREVIDÊNCIA PRIVADA



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Chavões e omissões embalam “modernidade ambiental” de Eduardo Leite

“Os autores do projeto sequer se preocupam em apresentar argumentos mais embasados para defender a necessidade da ‘modernização’ da legislação ambiental do Rio Grande do Sul”.

Uma das primeiras medidas que Eduardo Leite (PSDB) tomou ao assumir o governo do Rio Grande do Sul foi assumir a fusão das secretarias do Meio Ambiente e da Infraestrutura. Mais do que uma fusão, a medida representou, na verdade, uma incorporação de uma pasta pela outra. O Meio Ambiente foi fagocitado pela pasta da Infraestrutura. Isso já ficou evidenciado na indicação do nome para ocupar a nova secretaria: Artur Lemos Junior, que, durante o governo de José Ivo Sartori (MDB), foi secretário adjunto de Minas e Energia (2015-2016) e secretário da pasta entre 2017 a abril de 2018. Em sintonia com essa escolha, os discursos do secretário e do governador tratam do Meio Ambiente com falas superficiais repletas de chavões e platitudes, que mal conseguem disfarçar a natureza da operação de incorporação e subordinação da área ambiental pela infraestrutura.

No dia 27 de setembro, o governador Eduardo Leite e o secretário Artur Lemos apresentaram o projeto de Lei n. 11.520, que propõe um novo Código Ambiental para o Rio Grande do Sul. O espírito do projeto, segundo eles, é “modernizar” a legislação vigen-

te e “desburocratizar o processo para quem quer empreender no Rio Grande do Sul”. Tudo, é claro, “sem descuidar do ambiente”, repetindo o chavão clássico utilizado por todos aqueles que veem a legislação ambiental como um entrave à modernidade e ao empreendedorismo, por mais que se repitam as tragédias e desastres ambientais fruto da flexibilização ou da pura não observância da legislação vigente.

Os autores do projeto sequer se preocupam em apresentar argumentos mais embasados para defender a necessidade da “modernização” da legislação ambiental do Rio Grande do Sul. “A vida real nos mostra que é impossível assegurar a proteção ecológica sem que se gere riquezas e haja recursos à disposição”, diz Artur Lemos em um artigo intitulado *Desenvolver para proteger*, onde defende o projeto do governo. Ele não apresenta nenhum exemplo de como a “vida real” está mostrando isso, talvez porque essa “vida real” esteja mostrando exatamente o contrário, como evidenciam os crimes ambientais provocados pelo mineração em Minas Gerais, pelas queimadas e desenvolvimento na Amazônia e pelo vazamento de óleo nas praias do Nordeste brasileiro.

Foto: Igor Sperotto



O Rio Grande do Sul possui três rios entre os dez mais poluídos do Brasil: Gravataí, Sinos (foto) e Caí

Considerando ainda a “vida real”, o PL não menciona os gravíssimos problemas ambientais do Rio Grande do Sul. Vale lembrar três exemplos para mostrar qual é essa realidade. O estado possui os dois biomas, Mata Atlântica e Pampa, com menor superfície de remanescentes no Brasil (7,9% e 36%), conforme dados do Ministério do Meio Ambiente. O Rio Grande do Sul também é o estado que apresenta menor quantidade e extensão de Unidades de Conservação (2,6%) entre os três estados da Região Sul. O estado possui 280 espécies de fauna ameaçadas e 804 espécies de flora ameaçadas, números que cresceram desde a década passada. Além disso, possui três rios entre os dez mais poluídos do Brasil (rio Gravataí, rio do Sinos e rio Caí). Esses “detalhes” incômodos aparentemente não fazem parte da “vida real” vivida por Eduardo Leite e Artur Lemos.

Em uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, dia 21 de outubro, o Ministério Público Estadual solicitou ao governo a retirada do regime de urgência

na tramitação do projeto para que o debate sobre o mesmo possa ser aprofundado. O promotor Daniel Martini anunciou ainda na ocasião que um estudo técnico realizado pelo MP sobre o PL resultou em recomendações de alterações em 112 artigos da proposta original. As propostas de mudanças mais significativas dizem respeito à manutenção da obrigatoriedade de realização de estudo de impacto ambiental dos empreendimentos por equipe técnica independente, restrição do licenciamento por adesão às atividades de baixo potencial poluidor, manutenção no texto da lei dos espaços protegidos, como lagoas de água salgada e planícies inundáveis, e reinclusão dos capítulos referentes à poluição visual e sonora.

O governo Eduardo Leite, porém, tem pressa na aprovação do projeto. “Os gaúchos estão, enfim, compreendendo o papel do setor privado na preservação”, afirma o secretário Lemos, sem fazer qualquer menção ao papel do setor privado na inclusão de três dos principais rios do estado na lista dos mais contaminados do país.



Foto: Will Shutter/Câmara dos Deputados/Divulgação

Audiência Pública realizada pela Comissão Especial da Reforma Tributária no dia 8 de outubro

Governo recua de Reforma Tributária e mudanças ficam para 2021

por Flavio Ilha

Nem bem foi premiado com uma mudança no sistema previdenciário que promete deixar os pobres mais pobres – e os ricos, claro, ainda mais ricos –, os brasileiros já se veem às voltas com uma nova reforma a lhes perturbar o sono, desta vez, que deve agravar ainda mais o fosso da desigualdade no país, um dos mais vergonhosos do mundo: a Reforma Tributária.

Mas, com as dificuldades políticas do governo, agravadas pela corrosão da base de apoio parlamentar, é possível que qualquer mudança na base da cobrança de impostos fique mesmo para 2021, já que nenhuma alteração tributária pode vigorar no mesmo ano em que for aprovada.

O impasse, dessa vez, é provocado pelo próprio governo, sinalizando prioridade para a Reforma Administrativa – que mexe com as carreiras do serviço público e promete danos ainda maiores à sociedade. O ministro da Economia, Paulo Guedes, montou um grupo para elaborar uma proposta alternativa às que já são analisadas na Câmara e no Senado, que unificaria todos os projetos e teria uma tramitação mista.

A ideia é retomar a pauta da Reforma Tributária em novembro. Ou seja, com pouco tempo para aprovar uma mudança mais profunda ainda este ano. A reforma, que mexe com os impostos pagos pelas empresas e pelas pessoas físicas, é considerada pelo governo como essencial para a retomada do crescimento econômico.

As especulações em torno da recriação de uma CPMF, com alíquota uniforme para consumidores e fornecedores de mercadorias ou serviços, como forma de substituir desde impostos sobre produtos industrializados até a contribuição para financiar o INSS e o Sistema S, por ora está descartada. A reação foi muito negativa. Mas o governo ainda sonha com uma alíquota de 0,4% sobre transações financeiras (cartões, cheques, saques etc), que abarcaria impostos importantes como IPI, Cofins e lucro líquido (CSLL).

O Imposto sobre Transações Financeiras (ITF), que está em estudo pela equipe econômica, substituiria toda a gama de taxas e cobranças diversas da União, incluindo encargos para a seguridade social, simplificando a máquina de arrecadação e dificultando a sonegação.

Caixa único impacta na seguridade social

A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, alerta para um problema comum das propostas de imposto único: o financiamento da seguridade social com a incorporação da Cofins e do PIS – que são contribuições – pela tributação única. “A criação de um imposto único extinguiria a Cofins e o PIS, que possuem vinculações constitucionais destinadas ao custeio da seguridade social pelo fato de serem contribuições. Na medida em que se transformam em imposto, altera-se a natureza do tributo e acaba a vinculação”, explica.

Fattorelli reforçou que os recursos recolhidos por um eventual IVA ou por uma CPMF irão todos para um caixa único, sendo destinados – se o governo quiser – ao pagamento de juros da dívida e não para o financiamento de programas de caráter social e distributivo.

Mas a avaliação do mercado é que não haverá clima para mudanças amplas ainda em 2019. O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip), Charles Alcântara, é um dos principais críticos da pretensão da equipe econômica. Ele defende o que chama de Reforma Tributária Solidária (RTS), cujas oito premissas buscam basicamente tornar progressiva a

tributação brasileira.

“Apesar da Constituição de 1988 prever um sistema progressivo de tributação, em que a capacidade contributiva de cada um deve ser considerada, a cobrança de impostos é, no Brasil, proporcionalmente mais elevada sobre os mais pobres. Isso se deve em razão dos impostos indiretos, sobre o consumo, que no Brasil representam mais de 51% da carga tributária bruta total. Nos países da OCDE, esse índice é inferior a 35%”, diz. “A proposta do governo aprofunda nossa distorção”.

A Anfip e outras entidades de auditores fiscais articulam que a proposta seja apresentada no Senado sob a forma de uma sugestão legislativa. “O Brasil é o paraíso fiscal dos ricos. Rico paga impostos muito aquém de sua capacidade contributiva. A carga tributária é muito forte no consumo. É isso que devemos corrigir”, defende Alcântara.

O Congresso, entretanto, tem outros planos. O deputado federal Aguinaldo Ribeiro (Progressistas/PB), relator da Comissão Especial da Câmara que analisa a Reforma Tributária, defende a criação de um tributo sobre valor agregado (o IVA) e afirma que o modelo de taxaço por meio de transações fi-

nanceiras “não existe no mundo”. Segundo o parlamentar, o projeto-base foi elaborado pelo economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), e protocolado pelo líder do MDB, deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

“A proposta do Baleia é a principal, a que eu vou relatar. É um texto que faz muito sentido do ponto de vista da simplificação tributária. Acho que não há outro caminho para nós que não seja um padrão tipo IVA, que não é novidade no mundo e tem sido bastante aperfeiçoado desde quando começou a ser implantado. O que a gente não tem é esse imposto único [sobre movimentação financeira], esse eu não conheço exemplo no mundo”, revelou.

A proposta, segundo o relator, unificaria três tributos federais (IPI, PIS e Cofins), o ICMS dos estados e o ISS municipal e seria cobrado no local de destino, ou seja, onde a mercadoria ou serviço é negociada. A expectativa é de iniciar os debates a partir da segunda quinzena de agosto, para aprovar a reforma até o final do ano – pelo princípio da anualidade, uma nova regra tributária só pode ser aplicada no ano seguinte à sua aprovação. Como se trata de uma proposta de

emenda constitucional (PEC), são necessários 308 votos na Câmara e 53 no Senado, em duas votações, para que seja aprovada.

É a proposta mais forte com origem na Câmara, já que tem o apoio do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM/RJ). A questão é convencer os governadores a abrirem mão do ICMS, já que a arrecadação, pela proposta de Baleia, ficaria concentrada com a União, que repassaria a parte dos estados. Os governadores, inclusive, têm seu próprio projeto de reforma, elaborado pelo Comsefaz (Conselho dos Secretários de Fazenda) e que prevê um imposto único que não é único, mas dual, com a criação de um fundo para sanar desigualdades regionais (veja quadro).

O Senado, entretanto, trabalha com uma terceira hipótese. Apoiada por líderes dos partidos da base do governo, a proposta se baseia em texto do ex-deputado tucano Luiz Carlos Hauly, que extingue nada menos que nove impostos (IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, salário-educação, Cide, ICMS e ISS) para criar dois impostos: um sobre valor agregado, de competência estadual, e outro sobre determinados bens e serviços, a cargo da União.

Principais propostas em tramitação

CÂMARA

PEC do líder Baleia Rossi (MDB-SP), patrocinada por Rodrigo Maia.

Preparada pelo economista Bernardo Appy, acaba com três tributos federais – IPI, PIS e Cofins. Extingue o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. Todos eles incidem sobre o consumo. Ela cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), de competência de municípios, estados e União, além de um outro imposto, sobre bens e serviços específicos, esse de competência apenas federal.

SENADO

Reforma do ex-deputado Luis Carlos Hauly preparada pela Câmara.

Extinção do IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide, ICMS e o ISS. No lugar de-

les seria criado um imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Selectivo), de competência federal.

EQUIPE PAULO GUEDES

Troca de até cinco tributos federais (PIS, Cofins, IPI, uma parte do IOF e talvez a CSLL) por uma única cobrança, o Imposto sobre Transações Financeiras. A proposta também vai acabar com a contribuição ao INSS que as empresas pagam atualmente sobre a folha de pagamentos. Em substituição, duas opções estão à mesa: a criação de um imposto sobre todos os meios de pagamento ou um aumento adicional na alíquota do imposto único. Em outra frente, o governo prepara

mudanças no IR de empresas e pessoas físicas.

INSTITUTO BRASIL 200

Cria o Imposto Único que substitui todos os tributos, inclusive IPTU e IPVA. Poderão ser discutidas demandas setoriais como exportações e Zona Franca de Manaus. A alíquota prevista é de 2,5% sobre qualquer movimentação financeira de cota corrente para conta corrente. Se a pessoa transfere R\$ 100 é tributada em R\$ 2,50 e quem recebe é tributado também em R\$2,50.

ESTADOS

Preparada pelo Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), a proposta retira da União a gestão do tributo único criado com a reforma. Além disso, prevê que, caso o governo consiga

emplacar um imposto unificado apenas federal, os estados encaminhem uma proposta alternativa ao Legislativo, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual. A proposta prevê mecanismos de compensação de perdas e de redução de desequilíbrios regionais, com a criação de um fundo.

ANFIP/OPOSIÇÃO

Estabelece isenção do Imposto de Renda para quem ganha até quatro salários mínimos (cerca de R\$ 4 mil), reduzindo a tributação para quem ganha entre quatro e 15 mínimos, mantendo-a estável para quem ganha entre 15 a 40 salários mínimos e elevando-se apenas para quem ganha acima disso. Também taxa progressivamente produtos nocivos à saúde e estabelece parâmetros para taxar heranças e grandes fortunas, entre outras medidas.

Em cinco anos reduziram em 30% as vagas de trabalho nas prisões

por Hygino Vasconcellos
fotografia Igor Sperotto

Apesar das atividades laborais serem obrigatórias e estarem previstas na Lei de Execuções Penais, atualmente, no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul apenas 25% dos presos trabalham enquanto cumprem suas penas. Um dos motivos é que há cada vez menos vagas de trabalho disponíveis aos apenados. Os motivos principais são a atual crise econômica do país, o preconceito e o desconhecimento dos benefícios que a atividade pode trazer às empresas e para a sociedade. Outro aspecto que impacta nessa redução de postos de trabalho é a crescente falta de espaço para abrigar a população dos presídios que acaba ocupando estruturas destinadas a atividades laborais. Além disso, existe a animosidade das facções que controlam as penitenciárias com os presos que trabalham.



No estado, mais de 11 mil trabalham nos presídios – pouco mais de 1/4 do total de apenados em todo Rio Grande do Sul

Com um chapéu de palha na cabeça e um balde de sementes em uma das mãos, Antonio* prepara o solo para novos pés de alface. No pequeno espaço de terra, cultiva hortaliças e verduras que alimentam quase 400 pessoas. As mãos caalejadas evidenciam as marcas do trabalho no campo. Quem não o conhecesse, poderia achar que é mais um produtor rural. Mas Antonio é um dos 14 presos responsáveis pela horta da Penitenciária Estadual de Canoas (Pecan).

A unidade emprega 60% dos apenados entre atividades internas, como faxina e capina, e em projetos com empresas. No estado, mais de 11 mil trabalham nos presídios – pouco mais de 1/4 do total de apenados em todo Rio Grande do Sul. A maior parte nas chamadas “ligas”, que são as atividades de manutenção do presídio. Conforme a Lei de Execuções Penais (LEP), sancionada em 1984, os presos condenados em regime fechado são obrigados a trabalhar “na medida de suas aptidões e capacidade”, conforme a legislação.

Antonio passa as tardes cuidando da horta e as manhãs estudando apesar de já ter concluído o ensino médio. Para ele, a rotina “agitada” serve para passar mais rápido o tempo na prisão. “Quero pagar pelo meu erro”, observa o homem de 58 anos. Antonio foi condenado a nove anos e 11 meses pelo estupro de uma adolescente, vizinha dele, na zona Sul de Porto Alegre. “Foi um descuido meu, que me arrependo até hoje”.

Antes de ser preso, Antonio nunca havia trabalhado com horta. Era revisor de almoxarifado em uma empresa de ônibus da capital gaúcha. Em dois anos na penitenciária, já passou por três serviços diferentes antes de chegar à horta. Já foi faxineiro, agente de saúde e atuou na lavanderia. “Ocupa a mente, tu não fica preso dentro de uma cela o dia inteiro”, salienta Antonio.

Dentro do presídio, longe do sol, um grupo de presos costuram calças de uniformes que vão ser utilizadas por funcionários da Petrobras. As peças chegam separadas e, à medida que passam pela máquina de costura, vão ganhando forma.

Durante o trabalho, os presos ficam sozinhos, mas são monitorados do andar superior por agentes penitenciários. Também é por ali que os apenados precisam alcançar tesouras, agulhas e outros materiais para sair da sala. Os utensílios são contados e as portas só são destravadas após a conferência.

José* começou a trabalhar com os uniformes há cinco meses. Antes, nunca tinha mexido com uma máquina de costura. Viu nela uma possibilidade de ajudar financeiramente a família. Segundo a Lei de Execuções Penais (LEP), o preso não pode receber menos que 3/4 do salário mínimo nacional, ou seja, R\$ 748,50. O dinheiro ajuda a esposa a manter do lado de fora da penitenciária os dois gêmeos do casal: um menino e uma menina de dois anos.

O trabalho com costura também permitiu que diminuísse a pena – a cada três dias de serviço reduz-se um dia da pena. José foi condenado a 25 anos por um latrocínio (roubo com morte) cometido em 2011. Inicialmente, passou sete anos no Presídio Central, conside-

rado em 2009 como a pior prisão do país devido à superlotação e ao péssimo estado de conservação. No local, não há espaços de atividades laborais. Transferido mais duas vezes, encontrou na Pecan I oportunidade para trabalhar enquanto cumpre pena.

Agora José aguarda progredir de regime, o que deve ocorrer no próximo ano, e ficar mais perto da família. “Resolvi mudar, não pretendo ficar nessa vida, quero um trabalho limpo”. Para ele, deixar o mundo do crime também é evitar uma morte trágica. Dos cinco companheiros que cometeram o crime com ele, quatro morreram e um segue preso.

A diretora da penitenciária, Magda Rosane da Silveira Pires, entende que oportunizar trabalho para os presos é um das únicas formas de recuperar e fazer a reinserção deles na sociedade. “Esse tipo de atividade vai fazer tirar a culpa que ele tem de ter cometido o crime. O sofrimento prejudica muito a recuperação. Além de ocupar a mente, o trabalho dá senso de responsabilidade”, entende.

(*) Nomes fictícios

Crise e fechamento de empresas do lado de fora também impactam dentro das cadeias

Apesar dos benefícios, o número de vagas de trabalho nos presídios vem diminuindo no estado. Dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI) com a Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) mostram retração de 30% na oferta nos últimos cinco anos, entre 2014 a 2018. De 4.663 postos de trabalho baixou para 3.235. Para a coordenadora da Divisão do Trabalho Prisional da Susepe, Elisandra Minozzo, a situação é reflexo da crise financeira – que resultou no fechamento de empresas. “O cenário externo acaba influenciando diretamente no cenário interno, de dentro das prisões”, salienta.

Além disso, o trabalho prisional esbarra ainda no preconceito dos empregadores. “A gente tem dificuldade para sensibilizar os empresários para receber essa mão de obra, ainda tem desconhecimento do valor econômico e social desse trabalho”. Como benefícios econômicos, Elisandra

cita a isenção de pagamento de encargos com férias, 13º salário e FGTS, já que a contratação não segue as regras da CLT. Além disso, está a isenção do pagamento de aluguel e IPTU do espaço utilizado no presídio.

Para o sociólogo e presidente do Instituto Cidade Segura, Marcos Rolim, a queda na oferta de vagas está relacionada ao espaço limitado dentro dos presídios para as empresas se instalarem.

“Uma produção industrial tem que ter espaço, e isso raramente existe. Com o tempo, espaços destinados ao trabalho foram sendo ocupados devido à falta de vagas. A grande maioria dos presídios não tem espaço”, complementa Rolim. O professor da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Luiz Antônio Bogo Chies, cita o fechamento de um pavilhão de trabalho para a abertura de mais vagas no Presídio de Pelotas. A situação laboral dos presos foi analisada por



Para a coordenadora da Divisão do Trabalho Prisional da Susepe, Elisandra Minozzo, a situação é reflexo da crise financeira

ele em sua tese de doutorado. Na Pecan I, os espaços de trabalho são em celas projetadas, mas com capacidade limitada, não permitindo ultrapassar dez presos em serviço ao mesmo tempo. A direção da casa idealiza a construção de um pavilhão anexo, o que esbarra na falta de recursos.

A diretora da Divisão do Trabalho Prisional nega falta de espaços. Segundo Elisandra, há lugar de sobra para as empresas se instalarem. “A gente está trabalhando bastante para ampliar a mão de obra prisional. A maioria das casas tem estrutura para receber uma ou duas empresas”, salienta.

Fila de espera para trabalho no Madre Pelletier



Na Penitenciária Estadual Feminina Madre Pelletier quase metade das presas trabalham

Das três empresas que oferecem trabalho na Penitenciária Estadual Feminina Madre Pelletier, na zona Sul de Porto Alegre, uma possui fila de espera de apenas duas. Quatro presas aguardam serem chamadas para atuar na linha de desmanche de peças eletrônicas, sob responsabilidade da empresa JG Recicla. Entretanto, a rotatividade das trabalhadoras e a oferta são pequenas: há apenas seis vagas no local. Maria*, de 50 anos, atua há um ano e só pretende sair em 2021, quando ganhar progressão de regime para o semiaberto. “Para mim esse trabalho é muito importante. Muda a cabeça e a vida. Passa a pensar totalmente diferente”, conta Maria, sem esconder o entusiasmo.

Com o trabalho, a apenas procura se manter ocupada frente ao abandono da família. Desde que foi presa por tráfico de drogas, há quatro anos, não vê o filho ou outro parente. “Só recentemente um amigo meu passou a me ver”.

Com o dinheiro que recebe, consegue comprar produtos na cantina e ainda remédios para tratar um problema no joelho.

Na Madre Pelletier, quase metade das presas trabalham, segundo a direção. No local há 282 apenadas e 138 fazem atividades laborais. Segundo a responsável pelo setor de Valorização Humana da penitenciária, Marília dos Santos Simões, a unidade teria capacidade para receber pelo menos mais duas empresas. Das 138 que trabalham, 81% atuam nas ligas, vagas para manutenção interna nos quais as presas ganham a remição pelos dias de serviço, mas não são remuneradas. Apenas 25 apenadas trabalham para empresas. Dessas, 14 trabalham com tricô de couro para a produção de bolsas. Segundo a direção da casa, a intenção da Tricouro é “contratar” mais seis apenadas e aumentar a oferta de vagas para 20. O diferencial da empresa é que, além do

valor previsto por lei, as trabalhadoras recebem por peça vendida – R\$ 12 para as bolsas pequenas e R\$ 20 para as grandes.

Francisca*, de 56 anos, é uma das detentas que trabalham com o tricô, que aprendeu ainda criança. Ela explica que ela e as colegas trançam a frente e o verso das bolsas, mas a peça é finalizada na fábrica em Campo Bom. “Para mim isso aqui contribui para a autoestima. Eu fico tão envolvida que, durante o dia, não sinto que estou na prisão. Só percebo isso quando entro na cela”. Francisca ainda não foi condenada, mas foi presa por ter sido considerada conivente com o abuso sexual da filha, na época com 14 anos, cometido pelo padrasto. Na época trabalhava como cobradora de ônibus e saía de casa às 5h e só voltava às 19h. “Ele ficava responsável pelas crianças (o ex-companheiro dela tem um filho). Eu não vi nada. A família desmoronou”.

Trabalho diminui reincidência criminal

Conforme o sociólogo Marcos Rolim, o trabalho prisional diminuiu as chances de reincidência criminal, como mostrou uma pesquisa feita em cadeias cariocas. As chances de novo envolvimento com o crime são de 48%, já em redução ao estudo fica em 39%. "Os dados são expressivos, ainda mais se considerarmos a ausência de uma política nacional de trabalho e educação prisional e as condições precaríssimas com que contam os poucos projetos na área".

Apesar dos benefícios, o professor da UCPel Luiz Antônio Bogo Chies salienta que os presos que atuam nas ligas – com atividades internas – são mal-vistos por outros apenados, que percebem uma submissão com a direção da casa prisional. "Eu conversei com um serralheiro, que foi chamado para consertar grades de presídio. Ele ficou hiper mal-visto com os presos. Só que ele ficou bem-visto com a administração. Já o cara que trabalha dentro da galeria tem que se dar bem com a facção, mas fica de mal com a administração. É uma escolha meio perversa".



Horta da Penitenciária Estadual de Canoas (Pecan)

VAGAS DE TRABALHO

2014	–	4.663
2015	–	4.722
2016	–	3.175
2017	–	2.922
2018	–	3.235

COMO FUNCIONA

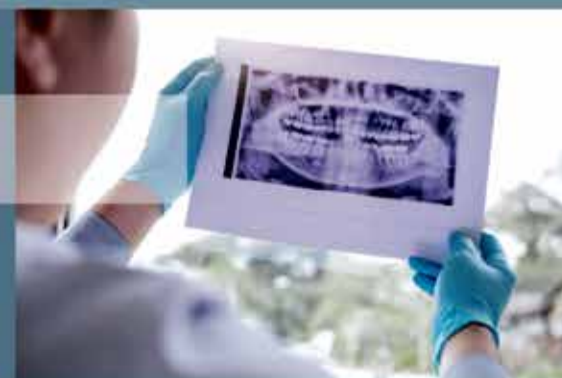
- Os presos passam por uma seleção antes de serem encaminhados para as vagas de trabalho;
- O piso salarial de cada trabalhador é de 3/4 do salário mínimo nacional;
- O trabalhador não se sujeita à CLT;
- O empregador fica isento de encargos como férias + 1/3, 13º salário e FGTS, além de não pagar aluguel e IPTU pela utilização da estrutura do estabelecimento penal;
- A jornada de trabalho não poderá ser inferior a seis nem superior a 8 horas diárias, com descanso nos domingos e feriados.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Unimed  **UNIODONTO**
PLANOS ODONTOLÓGICOS

Faça a simulação e confira
o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde

Troféu *Pena Libertária* é entregue aos vencedores do *Prêmio Educação RS*

Em uma cerimônia marcada pela emoção e alegria, realizada no auditório da Sede estadual do Sinpro/RS, em Porto Alegre, no dia 18 de outubro, os vencedores da edição 2019 do Prêmio Educação RS foram homenageados por seu trabalho em prol de uma educação de qualidade e inclusiva: o professor Áttico Inácio Chassot, de Porto Alegre, o projeto Hip Hop nas Escolas, de Caxias do Sul, e a Escola Estadual Indígena Karai Arandu, de Viamão. Eles foram escolhidos dentre as 70 indicações.



Escola Estadual Indígena Karai Arandu, de Viamão, professor Áttico Inácio Chassot, de Porto Alegre, e Hip Hop nas Escolas, de Caxias do Sul, foram escolhidos entre 70 indicações

por Edimar Blazina

Educação é resistência, é luz, é reflexão, é esclarecimento, é alento. E é na escola que podemos transformar, que podemos criar espaços, que podemos ousar, que podemos ter esperança na dimensão política do termo, de forma justa e democrática, destacou a professora Margot Andras, coordenadora da premiação, instituída pelo Sinpro/RS em 1998. Ao longo destes anos, 22 profissionais, 25 projetos e 22 instituições de várias regiões do estado receberam o troféu, além de menções honrosas em ocasiões especiais.

"Gostaria de dar uma aula aqui agora", disse o professor Áttico Inácio Chassot, 92 anos, ao iniciar sua fala. "Mas vou contar um pouquinho de minha trajetória como professor, iniciada em 1961 na cidade de Montenegro", continuou ele relatando a partir daí, com riqueza de detalhes, os passos que deu como professor ao longo dos anos, a descoberta da química (é uma das principais referências na área) e sua formação.

Chassot recebeu o troféu das mãos da professora Margot Andras, que também foi sua aluna na Ufrgs.

Luciano Balen, ao lado de alunos, representou a equipe do projeto Hip Hop nas Escolas, destacando a importância da premiação para o projeto e seu idealizador, o rapper Chiquinho Divilas, incansável ativista do papel cidadão da arte. De origem pobre, da periferia de Caxias do Sul, Divilas encontrou no hip hop o espaço de cidadania e está dando a mesma oportunidade para centenas de estudantes. Balen recebeu o troféu das mãos da professora Cecília Farias.

O cacique Arlindo Benites da Silva recebeu o troféu *Pena Libertária* das mãos do professor Amarildo Cenci. Ele destacou a importância da escola no acesso ao conhecimento da cultura externa, sem, no entanto, deixar de preservar os seus costumes e cultura. A cerimônia contou com a apresentação de uma turma de crianças e adolescentes da aldeia.



Áttico Inácio Chassot

Licenciado em Química (1965), é mestre em Educação (1976) e doutor em Ciências Humanas (1994), todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Tem pós-doutorado na Universidade Complutense de Madrid (2002). Além de estudante da licenciatura ao doutorado na Ufrgs, foi professor titular (atualmente aposentado) do Instituto de Química da Universidade, onde também foi diretor do curso de Química. Atuou também na PUCRS, Ulbra, Fapa, Unisinos, Unilasalle, URI de Frederico Westphalen e do IPA. Chassot é autor de dezenas de livros, dentre eles, *A Ciência é masculina?* (2003); e *Das disciplinas à Indisciplina* (2016).



Hip Hop nas Escolas

O movimento hip hop é a configuração de forças. MC, DJ, *breaking* e grafite reunidos afirmam a emergência de caminhos da arte para o exercício da cidadania. É nesse contexto que o projeto se apresenta para o desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos das redes pública e privada – ensino fundamental e médio de Caxias do Sul. Já movimentou cerca de 2,5 mil alunos de sete instituições educacionais neste ano, discutindo temáticas a partir da participação nas diversas oficinas que o projeto oferece.



Escola Estadual Indígena Karai Arandu

É a maior escola guarani do Rio Grande do Sul. Pertence à comunidade da Terra Indígena JataA-TA'ITY, na região do Cantagalo, em Viamão. Cercada por morros e vegetação densa, a comunidade conquistou a demarcação dos 268 hectares de terra indígena nos anos 1980. Reúne 42 famílias. Regulamentada pelo MEC há três anos, a escola conta com 145 alunos. O cacique da aldeia, Jaime Werá, diz que os guaranis entendem que as crianças devem estar preparadas para enfrentar a cultura externa, sem deixar de preservar a sua cultura.

Sinpro/RS inaugura votação eletrônica nas eleições

O Sinpro/RS realizará, entre 5 e 7 de novembro, as eleições para a nova direção do Sindicato por votação eletrônica, diretamente nas instituições de ensino, por meio de 209 urnas fixas e volantes. Uma chapa está inscrita para o pleito.

Todo o processo de votação será realizado pela empresa Eleja On Line, especializada em votações deste tipo. O sistema é criptografado e tem certificações de segurança que permitem auditoria. As urnas estarão sob a responsabilidade de mesários devidamente cadastrados e identificados.

Rômulo Escouto, presidente da Comissão Eleitoral, diz que a iniciativa tem como intenção facilitar a participação da categoria em expressar sua vontade, além de agilizar os procedimentos burocráticos e torná-los mais precisos. A Comissão Eleitoral é composta também pelos professores Ana Lúcia Tomazi, Elói João Kirsten, João Batista de

Barros Minuzzi, Antonieta Beatriz Mariante e Rejani Maria Friedrich.

Professores aposentados sem vínculo com instituição de ensino, aqueles que trabalham em escolas com menos de três associados e os que pagam as mensalidades do Sindicato por meio de boleto votarão pela internet, através de link disponibilizado pelo Sinpro/RS e senha. A apuração dos votos será no dia 8 de novembro.

Diretor do Sinpro/RS, Erlon Schüler destaca o esforço do Sindicato para que a categoria participe das eleições. "Isso é o que dará credibilidade e força às lutas empreendidas pelo Sindicato no próximo período. O ano de 2019 foi marco por uma negociação extensa e aguerrida com os sindicatos patronais, demonstrando o avanço das forças que desejam relativizar direitos já conquistados. Assim, a participação de todos os profissionais é, além de estratégica, um ato



de defesa pela continuidade das lutas", explica ele.

O processo eleitoral foi aberto no dia 17 de agosto, em Assembleia Geral, que elegeu a Comissão Eleitoral para coordenar as eleições. O prazo para inscrição de chapas foi até 25 de setembro. Se

eleita, a Chapa 1 – Novos desafios, ficará à frente do Sinpro/RS de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022.

Informações sobre as eleições e os editais específicos podem ser acessados no site eventos.sinpro.rs.org.br/eleicoes.

FESTIVIDADES

Atividades marcaram o mês do professor em todo o estado

Como nos últimos 30 anos, as comemorações do Dia dos Professores deste ano reuniram a categoria em outubro em 25 atividades nas 13 Regionais e em Porto Alegre: jantares, *happy hours*, cafés coloniais, chás da tarde, passeios, baile, além do torneio esportivo em Porto Alegre. "Um público de em torno de 5 mil professores participaram das atividades", destaca Glória Bittencourt, diretora do Sinpro/RS.

Ainda no início de outubro, os professores associados e seus familiares estiveram reunidos na churrascaria Lobão, em Pelotas, para celebrarem a data. Em Lajeado, a comemoração lotou a Brinquemanha Casa de Festas, no dia 4.

Em Cruz Alta e Alegrete a noite foi animada com um jantar especial aos professores. Um passeio de Maria Fumaça, mostrando as belezas e a história da região, foi o destaque na Regional Bento Gonçalves, além de outras atividades promovidas até o início de novembro nas demais Regionais do Sinpro/RS.

TORNEIOS – Em Porto Alegre, mais uma edição do *Torneio Esportivo de Futsal e Vôlei* foi realizado no dia 19 de outubro, no Colégio La Salle São João.

A equipe do Colégio João XXIII ganhou o primeiro lugar na categoria Futsal. O Colégio La Salle Esmeralda ficou em segundo lugar e o Colégio Israelita ficou em terceiro. No vôlei, a campeã deste ano foi a equipe do Colégio Santa Inês. A Fundação Bradesco ficou em segundo lugar e a equipe do La Salle São João em terceiro.



Lajeado



Pelotas



Porto Alegre



Uruguiana

Americano: salários atrasados foram pagos após mobilização

Os professores do Colégio Americano, em Porto Alegre, paralisaram suas atividades nos dias 29 e 30 de outubro, em função de mais um atraso salarial na instituição. Após a mobilização, foi distribuído aos familiares dos estudantes um Manifesto dos Professores, relatando o período vivido pelo Americano. Como resultado do movimento dos docentes, a Rede Metodista, que havia prometido um novo pagamento somente para 6 de novembro, integralizou o depósito do salário na sexta-feira, 1º.

A diretora do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS), Margot Andras, explica que o Sindicato vem acompanhando a situação vivida pela Rede Metodista. "A instituição tem uma relação não transparente e dificultada ainda mais pelas repetidas promessas não cumpridas. O Americano se mantém com a mensalidade paga em dia pelos familiares, o que não justifica o atraso dos salários dos professores. É também por respeito às famílias que pagam regularmente, que os docentes decidiram voltar às atividades".

HISTÓRICO – Antes da reunião que definiu a paralisação, na segunda-feira, 28, a direção do Americano depositou uma parcela equivalente a 12% do salário de setembro aos professores. O pagamento total deveria ter sido realizado no dia 5 de outubro, o que não ocorreu. Houve então a promessa de que no dia 15 seria efetuado o depósito, o que também não se confirmou. Da mesma forma, houve nova promessa de quitação da pendência no dia 25, ainda em outubro, e novamente transferiram o prazo para 06 de novembro.



Foto: Igor Sperotto

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Pós-reforma: conversão do tempo especial para comum não valerá mais

As aposentadorias especiais receberam mais restrições a contar do governo FHC. Para além de quaisquer das reformas, as restrições normativas foram interpretadas cada vez mais, ora, restritivamente, quer pelo INSS, quer na via judicial.

Até 1995, os trabalhadores que tivessem exercido atividades alternadas entre as consideradas comuns e as especiais, poderiam ter a conversão do tempo especial para comum, ou do tempo comum para o especial, o que foi revogado, sendo permitida somente a conversão do tempo especial para o tempo comum, no sentido de garantir o direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

Pode parecer irrelevante conceder uma ou outra espécie de benefício, mas não o é em face de posterior alteração legal e a criação do fator previdenciário. Lembremo-nos que nas aposentadorias especiais não incide o fator, sendo elas mais vantajosas.

Agora, mais uma vez esta espécie de benefício é alvo de modificações, sendo esta conversão do tempo especial em comum.

Para termos ideia, uma trabalhadora que tenha exercido dez anos

de atividade especial teria o acréscimo de 20% no tempo, portanto, estes dez anos valeriam 12; para o homem o acréscimo era de 40%, portanto, os dez anos valeriam 14.

Imaginemos uma professora que tenha comprovado 28 anos de atividade, sendo que 18 delas era em uma atividade comum e dez anos, por exemplo, como professora em aulas práticas de química. Este último período, por estar exposta a agentes agressivos, seria considerado especial.

Hoje, ou melhor, antes de aprovada a reforma, esta professora poderia ter os dez anos de atividade com manuseio de agentes químicos considerados especiais e, se assim fosse, como visto antes, ela teria possibilidade de convertê-los para comum com o acréscimo de 20%. Assim sendo, os dez anos valeriam 12 anos e, somados aos 18 de atividade comum, esta trabalhadora poderia se aposentar.

Passada a reforma, estes dez anos de atividade especial valerão somente os dez anos. Ou seja, outro obstáculo criado pela reforma, a qual obrigará aos trabalhadores um exercício mais longo de atividade, sejam homens ou mulheres.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Aelbra vende três escolas para a Rede Romano

Foto: Divulgação



A Aelbra anunciou no início de outubro a venda de três das 15 escolas de educação básica da Rede Ulbra no estado. As escolas Paz e São Marcos, de Canoas, e São Mateus, de Cachoeirinha, foram compradas pela Associação Dom Edmundo Luis Kunz (Adelk), mantenedora dos colégios da Rede Romano de Educação, que passa a administrar as unidades a partir de janeiro de 2020. Na transição, caberá à Aelbra regularizar a situação contratual dos cerca de 70 professores e 47 funcionários técnico-administrativos, integralizar os salários atrasados, pagar as multas por atrasos, 13º, férias, além do saldo credor do FGTS.

O Sinpro/RS negociou com a Adelk as novas condições contratuais com vistas à garantia dos empregos dos docentes nas três escolas. Em assembleia realizada no dia 28 de outubro, os professores aprovaram a proposta negociada com o Sindicato, que redefiniu os valores hora-aula e demais condições contratuais dos docentes agora no âmbito da nova mantenedora. Em reuniões com representantes da Adelk, o Sinpro/RS destacou a importância da manutenção da empregabilidade. Também ficou assegurada a estabilidade pré-aposentadoria e de gestantes. A Rede Romano atua na educação infantil, ensino fundamental e médio com os colégios Bom Jesus, São Mateus e Santa Marta, em Porto Alegre; Nossa Senhora Auxiliadora, em Rio Pardo, e São Lucas, em Camaquã.

ENSINO SUPERIOR

Proposta das Ices é tema de Plenária Estadual

As propostas de flexibilização de direitos dos professores, apresentadas pela comissão das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices), a regulamentação do trabalho docente na EaD e as perspectivas da educação superior para 2020 serão temas da Plenária Estadual de professores desse segmento que o Sinpro/RS promove no dia 9 de novembro, a partir das 9h, na sua Sede estadual (Av. João Pessoa, 919) em Porto Alegre.

No dia 22 de outubro, os representantes das Ices apresentaram aos sindicatos de professores o quadro de dificuldades das instituições face à redução progressiva do número de alunos e as perspectivas pouco animadoras para o próximo ano, seguido de uma pauta de flexibilizações temporárias de vários direitos históricos dos professores. Por sua vez, os representantes dos sindicatos de professores manifestaram sua preocupação relativa à proliferação das ofertas em EaD pelas Ices, com a precarização das condições de trabalho dos professores e tutores.

Vamos falar de dieta?

Voltando ao tempo das cavernas

Esse período, anterior à agricultura, corresponde a 99,5% do tempo de existência da humanidade. Vivíamos do que caçávamos e das frutas e vegetais que coletávamos: sem excesso de peso, sem sedentarismo, sem doenças metabólicas (diabete, pressão arterial, gordura visceral etc.), enfim todas essas mazelas associadas ao estilo de vida moderno.

O que dizem os especialistas da alimentação atual

Inúmeras pesquisas apontam a indústria e seus alimentos ultraprocessados como o maior vilão da história. Atualmente, a maioria das pessoas consome mais de 300g de carboidratos ao dia, além de muitos alimentos processados, químicos e inflamatórios. Não é à toa que os índices negativos de saúde pública estão preocupantes e estão aumentando de forma epidêmica.

Dieta LOW CARB

Trabalhos científicos comprovam que reduzir carboidratos não oferece riscos; ao contrário, só benefícios, que podem ser comprovados e mensurados através do peso, em resultados de exames, na disposição, na melhora do sono e da concentração. E é indicada para todos, em qualquer faixa etária ou momento fisiológico.

No SOMOS orientamos sobre planos alimentares, dicas e muitas receitas fáceis e rápidas.

Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados do Sinpro/RS.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor

Fonte consultada:
Nutricionista Polyana Rossi da Rocha Freitas



Na estrada com Haragana



Foto: Acervo Pessoal/Divulgação

À bordo da Haragana, Erion realizou o sonho de viajar em uma Kombi transformada em uma casa sobre rodas

por César Fraga

Em 1995 nasceu Haragana. Porém ela, ao que se sabe, ainda não tinha nome. Era, até então, apenas mais um dos veículos motorizados que faziam parte do patrimônio do Exército Brasileiro. Também é incerto de que forma servia às Forças Armadas. O que sabemos é que foi precocemente aposentada, mas sem direito à pensão. Aliás, foi a leilão. Trata-se de uma Kombi (Volkswagen) – sim, no Brasil é comum referir-se carinhosamente ao utilitário no feminino –, que foi arrematada em 2014 pelo professor da Faculdade de Comunicação da Unisc, Erion da Silva Lara, por indicação de um amigo.

Devidamente reformada, repintada e adaptada, o processo inicial foi lento e durou alguns anos, e acelerado em 2018 quando foi concluída a customização interna. A Kombi ganhou o nome de Haragana. Atualmente ela é usada como *motorhome* (que o proprietário prefere chamar de “motocasa”) e leva Erion e sua esposa Lilian Dias dos Santos em viagens dentro e fora do Brasil.

Para virar uma casa sobre rodas teve os famosos bancos que acomodavam até 12 pessoas substituídos por bancos que viram cama, fogão, frigobar e até mesmo painéis para captação de energia solar. “A Kombi era um sonho antigo, tanto por ser um carro bonito, por conta do design, como pela facilidade mecânica e mística em torno do modelo. É um carro simpático e sempre bem recebido nas comunidades em que chegamos. Até pra receber ajuda quando necessário é um facilitador. A Kombi abre portas”, conta.

“O nome da minha Kombi é Haragana. Para os hermanos, quer dizer alguém meio ‘sem rumo’, largado, despretensioso e até mesmo preguiçoso, que é o que buscamos quando viajamos com ela”. Haragano, termo castelhano, também é sinônimo de cavalo que não se deixa domar, que gosta de viver livre. E viajar não deixa de ser uma experiência de liberdade.

A primeira grande viagem foi realizada no verão passado, iniciada em dezembro e percorrendo quase 2.500 quilômetros. “Durante três semanas, saímos de Santa Cruz do Sul e percorremos toda a costa do Uruguai até a Colônia de Sacramento”, relata o professor viajante. “Nunca ficamos em camping. Sempre na beira da praia ou em estacionamentos”. Ao longo de 2019 também foram realizadas viagens mais curtas em feriados e finais de semana. No próximo verão, a partir do dia 26 de dezembro o casal fará o caminho dos Sete Lagos, na Patagônia argentina e chilena.

Erion, 38 anos, entrou para a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) em 2000, quando iniciou o curso de Comunicação Social, onde formou-se em Publicidade e Propaganda. Já no ano seguinte, após estágios, tornou-se funcionário da instituição como técnico administrativo. De 2012 para cá assumiu a docência, pegou gosto pela vida acadêmica e de sala de aula e vem ministrando várias disciplinas de perfil tecnológico na área do audiovisual e web em todos os cursos de Comunicação Social.

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinprors.org.br.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Delmar Bertuol

Professor de História na Educação Básica

Militares nas escolas

É explícito que uma das propostas deste governo, desde as eleições, aliás, é “militarizar” parte da sociedade. Uma dessas searas é a Educação.

Posso até considerar, numa justa premissa, que o governo esteja agindo com vistas a melhorar essa pasta (embora quem queira melhorias em algo não corta verbas), mas ela não é salutar à nossa educação. Digo mais, ela renega a Educação.

Todos os argumentos utilizados como motivos para que policiais gerenciem escolas públicas são verdadeiros.

De fato, falta respeito aos professores, ao patrimônio e mesmo entre os alunos. E também está em déficit algo muito caro à vida militar: a disciplina.

Diferente de teorias pedagógicas modernas, nossos alunos carecem sim de disciplina, de regras, de limites. Rousseau já tratava disso. Quer ter um adulto frustrado? Crie uma criança sem dizer não. Ou seja, não dê limites, pregava o filósofo da corrente que mais defendeu as liberdades individuais. Não é contradição. Não pode haver liberdade para todos sem limites para cada um.

A propaganda governamental promete que os professores serão mais respeitados com a presença de um militar na escola. Falácia. Os professores serão mais temidos. Ou melhor, temer-se-á que o professor vá até o gabinete(?) do sargento e o solicite. Ele, por sua vez... não sei o que fará.

De fato, a farda é algo que impõe um subjetivo respeito (ou medo?), mas que poderes terão os militares para com os alunos indisciplinados que hoje a escola não tem? Se se espera tão somente que os alunos vão modificar suas atitudes só por ver um sujeito fardado (e armado?) no pátio, digo que esse respeito compulsório passa à medida que eles se acostumam com a ideia. Se os militares terão maiores poderes administrativos e punitivos do que hoje as desesperadas direções de escolas têm, a medida não se justifica, pois seria o caso de transmitir às escolas esses novos poderes.

É de fato interessante ter nas escolas a presença da polícia, seja pra policiamento ostensivo no entorno, pra orientar o trânsito e, sim, para ajudar em casos graves de indisciplina sobretudo com adolescentes. Palestras e outros trabalhos com vistas à prevenção de violência e drogadição, entre outros, também são interessantes. Mas tudo isso são trabalhos em conjunto, com respeito às atribuições.

A polícia, ou melhor, o Estado deve dar suporte ao trabalho dos professores. Poderes punitivos (sim, punitivos!) devem ser aumentados. Os militares são bem-vindos à escola. Para ajudar os professores e equipe diretiva, mas não para fazer as vezes deles, anulando-os.

Os artigos para esta seção devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com 2.300 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinprors.org.br.



A explosão

“Nesse particular, a explosão chilena parece mostrar os riscos de fenômeno semelhante ocorrer no Brasil. Somos mais desiguais que o Chile; nossos serviços públicos seguem se degradando e a violência já é uma constante há muitos anos”.

Sociedades injustas, às vezes, explodem. Momentos assim são preparados por anos de dificuldades e humilhações. Quando reformas são realizadas ou quando uma alternativa política dissemina esperança, o processo é detido ou mesmo desativado, mas, sem isso, basta uma fagulha para que o paiol vá pelos ares. No Chile, essa fagulha foi o reajuste nas tarifas do metrô.

Inicialmente, os secundaristas – com forte protagonismo das meninas – pularam as catracas. Outros usuários os seguiram. Houve forte repressão e o movimento tomou as ruas. Embora tenha revogado o aumento das tarifas, o presidente Sebastián Piñera apostou suas fichas na repressão, mobilizando os militares e impondo o toque de recolher. Milhares de pessoas foram presas, há relatos de abusos sexuais e manifestantes foram torturados e mortos. Como costuma ocorrer nessas dinâmicas, a violência se ampliou. Estações de metrô foram incendiadas, carros, prédios e estabelecimentos foram destruídos, entre eles a sede da Enel, empresa de energia elétrica, e o Banco do Chile. Os saques se multiplicaram, envolvendo até membros das forças de segurança (link para vídeo que mostra policiais fardados e com escudos do pelotão de choque saqueando lojas na versão online). Nesse momento, o presidente afirmou: “Estamos em guerra contra um inimigo poderoso, que está disposto a usar a violência sem limites”.

Na base do descontentamento da população, há um modelo econômico que privatizou saúde, edu-

cação, transporte, moradia, água, luz e energia, oferecendo serviços cada vez menos acessíveis. Na área da Saúde, por exemplo, apenas 15% dos chilenos têm, de fato, acesso a serviços de qualidade. Há também um modelo de Previdência Social, apontado como modelo pelos “liberais” brasileiros, que paga proventos miseráveis aos beneficiários, o que agrega novas dificuldades às famílias que precisam amparar economicamente seus idosos. Há, também, antigas reivindicações por justiça e autonomia, como aquelas do povo Mapuche, cujas bandeiras são erguidas nas manifestações (veja uma delas no alto da foto icônica que acompanha esse texto), enquanto, não por acaso, estátuas de colonizadores espanhóis são derrubadas festivamente.

O tema da desigualdade é central para se entender explosões sociais. A América Latina é uma região pobre e que compete com o continente africano quando se trata de desigualdade. O Brasil, como se sabe, é um dos países mais desiguais no mundo. Dados do estudo A Escalada da Desigualdade, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostram que a desigualdade social vem crescendo no Brasil nos últimos cinco anos. Desde 2014, os mais pobres reduziram sua renda em 17,1%. As camadas intermediárias tiveram perdas de 4,16%, enquanto os 1% mais ricos aumentaram sua renda em 10,11%.

Nesse particular, a explosão chilena parece mostrar os riscos de fenômeno semelhante ocorrer no Brasil. Somos mais desiguais que o Chile; nossos serviços públicos

Foto: Reprodução



seguem se degradando e a violência já é uma constante há muitos anos. Em 2013, milhões de pessoas foram às ruas manifestar seu descontentamento. Na época, a maior parte da esquerda brasileira que, agora, exalta a mobilização dos chilenos, olhou para as jornadas de julho com um misto de espanto e medo. Não faltou quem acusasse as mobilizações de fascistas ou quem afirmasse que elas haviam sido articuladas pela CIA. A propósito, edição recente de Carta Capital trouxe em sua capa a foto de um jovem chileno mascarado, com um pedaço de pau e a manchete: “O povo nas ruas - menos no Brasil”. Em sua edição nº 760, de 7 de agosto de 2013, entretanto, quando o povo saiu às ruas no Brasil, como nunca antes, a capa da revista também trouxe a foto de um jovem mascarado, mas o título era: *Black Blocs*, depredação nas ruas. Certo do que está ocorrendo no Chile agora, aquelas mobilizações foram tímidas e pouco consistentes, mas podem ter sido apenas um ensaio.

De lá para cá, as coisas têm se agravado muito. O país acaba de aprovar uma perversa Reforma da

Previdência cuja conta será paga basicamente pelos mais pobres; tragédias se sucedem sem que qualquer delas, das queimadas na Amazônia ao desastre ambiental do óleo nas praias do Nordeste, receba a devida resposta do governo federal. Estamos à deriva, carentes de um projeto nacional e sem uma alternativa política real. O mundo da política se move em torno das mesmas narrativas e objetivos menores, o que permite que interesses escusos avancem para assegurar impunidade aos corruptos e novos privilégios. Enquanto isso, na presidência, há uma figura tenebrosa, cuja ignorância se funde com uma disposição incansável pela violência. Uma receita, enfim, propícia a explosões de toda ordem.

No Brasil, vale lembrar, uma explosão marcada por atos de violência poderá constituir cenário propício a aventuras golpistas. Não deixa de ser preocupante, aliás, que a figura mortífera do Planalto tenha, ainda, 30% de aceitação. Mantida essa base, ele terá o patamar necessário para a mobilização em torno de medidas de exceção caso o paiol comece a arder.

Arte⁺



Foto: Neabi/Unisinos/Divulgação

Branquidade, branquitude e a vida acadêmica

por Adevanir Aparecida Pinheiro*

Em nossa vivência acadêmica, ao longo das últimas duas décadas, tivemos um aprendizado tremendo e sofrido, repleto de desafios e perspectivas na construção do conhecimento e buscas de inclusão dos afrodescendentes. As muitas leituras feitas sobre aspectos históricos e raciais dentro do processo da sociedade brasileira, confrontadas no espelho de vivência acadêmica, nos ajudaram a estar sempre mais atentas à temática da branquidade e da branquitude, como concepções-chave na compreensão da reação das universidades com relação à presença dos “não brancos” e das “não brancas” como frequentadores dos espaços acadêmicos.

A temática racial sempre foi uma questão embaraçosa gerando perplexidades, além de silêncios incômodos, sobretudo no meio dos sujeitos de raça branca. É uma espécie de tabu que cada semestre, de forma repetida, devemos quebrar junto aos acadêmicos e acadêmicas. É óbvio e cientificamente comprovado que não existe raça branca, assim como não existe raça negra. No entanto, não podemos mascarar a realidade. É também óbvio e comprovado que a “raça branca” se impôs como hegemônica no mundo ocidental, afirmando politicamente a inferioridade das outras “raças”. Por isso, hoje, a “igualdade racial” deve ser politicamente afirmada.

Sempre mais se foi formando em nós a consciência da importância de explicitar a temática racial, nesta sua origem e perversidade histórica de ideologia da dominação e da colonização. Hoje nos deparamos com o que se pode chamar de embotamento da consciência branca eurodescendente (e eurocêntrica). É exatamente esse embotamento que deve ser trazido para o centro do debate, sobretudo, no ensino das pós-graduações. Os brancos e brancas parecem que, muitas vezes de forma inconsciente, permanecem algemados/as em seu senso de superioridade e privilégios. Muitos aspectos históricos relacionados a isso poderiam ser trazidos à memória. Em geral merecem pouca atenção no contexto social e acadêmico brasileiro. São muitas vezes camuflados para não evidenciar as fraquezas vergonhosas da população que sempre se autoconsideram superior, e “tido” branco. Diante disso, quando um sujeito negro, ou negra, sofre com os ataques de racismo, os mesmos são encaminhados para tratamentos psicológicos, já os brancos, que cometem tais atos, dificilmente são cogitados a tratarem seus problemas racistas.

Alberto Guerreiro Ramos, em 1957, publicou um artigo intitulado *A patologia social do ‘branco’ brasileiro*, que tem como tese central o fato de que, devido ao racismo e a

um ideal de beleza e estética branca, a população brasileira produziu significados positivos ao ser branco, em contrapartida a significados negativos estéticos e culturais relacionados aos negros. Assim, para o autor, a patologia do "branco brasileiro" consiste na negação de sua identidade. Apesar de a grande maioria destes ter ascendência miscigenada cultural e biologicamente com os negros, este é um fator negado por eles (os brancos). A identidade racial branca também foi pensada por Frantz Fanon (1980), filósofo e psiquiatra formado na França, nascido na ilha da Martinica, que influenciou muitos pensadores que escreveram sobre a diáspora africana e a opressão dos povos colonizados. Em 1952, o autor publicou seu livro de maior repercussão, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que discute diversos assuntos relacionados à questão da raça e à relação entre colonizado e colonizador como categorias importantes para se entender a constituição de subjetividades de sujeitos brancos e negros em relação. Neste sentido, Petronilha Beatriz Gonçalves Silva e Silva assevera, sobre a importância da descolonização das mentes e a descolonização das produções científicas nas academias, que ainda continua tratando os saberes da população negra de forma colonizada.

Segundo Fanon, a opressão colonial e o racismo da própria estrutura da colonização passaram também a dominar subjetivamente os colonizadores e colonizados. No caso dos negros, a consequência seria uma não aceitação da sua

autoimagem, da sua cor, o que resultaria em um "pacto" com a ideologia do branqueamento, e, portanto, a construção do que o autor chama de "máscaras brancas". Isso começa pela rejeição do negro de si próprio e uma tentativa de fuga das características estereotipadas associadas negativamente aos não brancos na sociedade ocidental. Foi neste contexto de reflexões, mas, sobretudo, de experiências concretas no chão do mundo acadêmico, que fomos amadurecendo sempre mais a necessidade de centrar atenção no estudo dos "tidos" brancos e brancas nesta sociedade onde as pessoas negras devem viver como se estivessem no mundo branco, o Brasil.

Inspirada em uma grande multiplicidade autoral, com destaque a Maria Aparecida Bento, elaboramos o conceito de branquitude como distinto do conceito de branquitude. O conceito de branquitude diz respeito aos sujeitos que negam a importância do conceito de raça enquanto conceito político, não se abrindo para o diálogo sobre essa importância. Por outro lado, podemos falar em branquitude quando os sujeitos brancos aceitam a importância do conceito de raça enquanto conceito político e interação de igual para igual. A patologia social do branco, de que já falava Alberto Guerreiro Ramos, revela as reações sofridas pelos sujeitos "tidos" como brancos e brancas. São reações internalizadas que revelam também sofrimento quando passam a se reconhecer ou não reconhecer em sua identidade.

Mas como podemos falar em



Foto: Rodrigo W. Blum/Unisinos/Divulgação

Professora dra. Adevanir Aparecida Pinheiro

racismo, no meio de tudo isto? Fala-se em racismo, reproduzindo concepção de Kabenguele Munanga, para referir a estrutura de poder baseada na ideologia da existência de raças superiores ou inferiores. Pode evidenciar-se na forma legal, institucional e também por meio de mecanismos e de práticas sociais. No Brasil, não existem leis segregacionistas, nem conflitos de violência racial; todavia, encoberto pelo mito da democracia racial, o racismo promove a exclusão sistemática dos negros da educação, cultura, mercado de trabalho e meios de comunicação. Na mesma linha de pensamento, Silvio Almeida, em sua recente publicação com o título *Racismo Estrutural*, conceitua o racismo como parte constituinte da normalidade estrutural brasileira. Ele vem sendo permanentemente reproduzido pelo racismo institucional. Vivemos, portanto, impregnados por uma cultura racista. É um racismo dissimulado e invisível que, em geral, só é perce-

bido pelas vítimas do mesmo. Isto não significa, evidentemente, que o autor desconsidere os diversos eventos de racismos cometidos por indivíduos (em ações individuais ou grupais), onde o crime é mais facilmente identificável. Em nossa opinião, o racismo não é percebido pela branquitude e é visto com dor, vergonha e desapontamento pela branquitude, mas que parece, ainda, ser um "mal menor", mesmo sendo crime inafiançável.

Segundo José Ivo Follmann, em recente palestra na Unisinos (22/10/2019), o mais característico e, também, o mais grave no racismo institucional tratando-se de sociedade brasileira é a omissão e o absenteísmo em não tomar medidas sérias e permanentes dentro das instituições, para desmontar o racismo estrutural que marca toda a sociedade. Em termos de Educação Superior, a responsabilidade se faz ainda mais exigente neste sentido.

* Professora, dra. e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena - Neabi/Unisinos

Com a sua força, mais gente vai ouvir

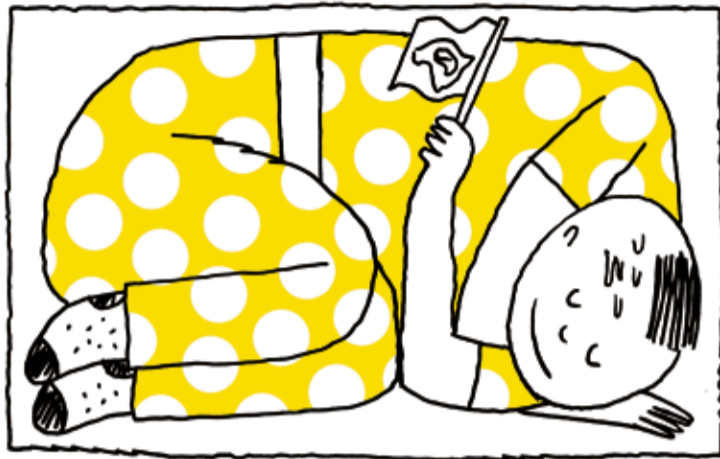
O Projeto *Ecarta Instrumental* proporcionará 18 shows musicais com apresentações em Lajeado, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, Novo Hamburgo e Porto Alegre. Está tudo pronto, só falta a sua contribuição.

Faça sua doação para o Projeto e abata do seu Imposto de Renda.
acesse ecarta.org.br e saiba como contribuir



FRAGA

In sono, insônia



Dormir

Diz Shakespeare: Dormir, talvez sonhar. E arremeda o brasileiro: Deitar, talvez pegar no sono.

Em meio ao caos que vivemos, travesseiros são os melhores conselheiros: sempre nos aconselham a dormir. Porque dormir é a reconciliação cotidiana dos cílios.

E para dormir com a consciência tranquila é simples: não a deixe saber como foi o seu dia. Dormir é ir voluntariamente para um paradeiro ignorado.

É possível dormir bem hoje em dia, porque os piores pesadelos começam quando o Brasil acorda.

Até para dormir tem gente de direita e gente de esquerda. Confira aí no seu leito.

E chega aquela hora boa: ir dormir sabendo que os pesadelos noturnos serão menos sinistros que os diurnos.

O nosso deprimente da república dorme com uma arma ao lado da cama. Daí nossos pesadelos.

Ninguém pensa nisso ou admite: a coisa mais arriscada que existe é dormir profundamente ao lado de alguém.

Felizes são os cães, que vão dormir menos acuados que os brasileiros.

Sono

Certezas dão sono, incertezas tiram.

Cada vez que alguém diz "boa noite, durma com os anjos", um anjo arregala os olhos e perde o sono.

Do lado de lá, o problema do sono eterno deve ser a saudade do despertador.

Do lado de cá, quando morre o dono, o despertador se entrega ao sono.

Sono profundo: ainda não inventaram maneira mais reconfortante de se livrar do Brasil por algumas horas.

As funções vitais são babás que nos cuidam no sono.

De manhã, entregam o corpo aos nossos descuidos.

O sono é muito mais sedutor que a so-

neca: ele leva todo mundo pra cama, ela leva alguns pro sofá.

Na cama, o sono reparador de um termina onde começa o mal dormir do outro. E dizem que sono bom é sono reparador. Engano. Se você não reparar em nada enquanto dorme, o repouso será muito maior.

A diferença entre o sono dos justos e o dos injustos é um comprimido sonífero. E de todos os soníferos, conversa pra boi dormir é o pior. E se depender do sono dos justos, Brasília vai passar as noites em claro.

Existem vários distúrbios do sono. Um dos piores chama-se vizinhança.

Mais um: o sonambulismo. É uma doença que preocupa, mas não chega a tirar o sono. O sonâmbulo é um cara que sai da cama para cochilar enquanto anda. E o sonâmbulo com déjà vu? Aquela sensação de já ter levantado antes durante o sono.

Enquanto uma metade do mundo se recolhe, a outra apronta sabe-se lá o quê. É de tirar o sono. E não fossem os sonhos, o sono seria de sigilo absoluto. Enfim, antes sono que mal acompanhado.

Insônia

O diabo, quando não vem, manda a insônia. A insônia é a insolência da sonolência.

Uma insônia temporária dá para várias páginas de um livro. Uma insônia permanente pode render bibliotecas inteiras!

Pupilos também podem sofrer de insônia mas o dano maior será sempre das pupilas.

Insônia é quando Morfeu pede a senha e as pestanas não lembram.

E estar acordado durante o dia é um tipo prolongado de insônia, a qual suportamos estimulados pelo sol.

Os brasileiros se dividem entre insones e impunes, os primeiros por causa dos segundos.

Você não tem insônia. Ela é que tem você.



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br ou 51. 4009.2971.

SHOWS

Porto Alegre | 18h | entrada franca

9/11 – Vanessa Longoni em *Tudo tinha Ruído*.

23/11 – Camerata de Cordas apresenta obras da Renascença até o século XX.

Bento Gonçalves | 20h | entrada franca

14/11 – Crê Tinas apresentam *Serenata de Encomendas*. Local: Sesc Bento Gonçalves.

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | entrada franca

Até 24/11 – **Visitação à mostra *Antes do Grito***, da artista Julha Franz.

15/11, 17h – ***Cruzamentos***, conversa com a artista Julha Franz e a psicanalista Diana Corso. Mediação Henrique Menezes.

30/11, 11h – **Inauguração da mostra *Nomear para lembrar: um olhar sobre performance e as possibilidades da narrativa histórica***, da artista cipriota Sasha Huber, curadoria de Sabrina Moura.

Santa Maria

6/11, 19h – **Inauguração da exposição *A Frente e o verso do olho***, no Museu de Arte de Santa Maria. Visitação até 28 de novembro.

VINHO Porto Alegre

Tannat – saúde e terroir

Apresentação: Maria Amélia Duarte Flores, enóloga.

7/11 | 19h30 | Inscrição: R\$ 50,00.

CULTURA DOADORA

São Leopoldo

6/11, 8h25 – ***Doação de Órgãos. Vamos falar sobre isso?*** Local: Faculdades Est.

Montenegro

20/11, 14h – ***Doação de Órgãos. Vamos falar sobre isso?*** Local: Empresa Bepo Componentes Automotivos.

Tavares

22/11, 20h – ***Doação de Órgãos. Vamos falar sobre isso?*** Local: Câmara Municipal de Vereadores.

Porto Alegre

25/11, 17h – ***Da doação de órgãos ao transplante.*** Local: Escola Estadual de Ensino Fundamental Rio de Janeiro.

CONVERSA DE PROFESSOR

Tavares | Inscrições gratuitas

9/11, 9h – ***Crianças inquietas em sala de aula: lidando com TDAH no dia a dia da escola.***

Apresentação: Vânia Melchionna Franke, psicóloga.

23/11, 9h – ***Professor motivado.***

Apresentação: Gislaiane Amaral, educadora física.

Canoas | Inscrições gratuitas

22/11, 9h – ***Processos saudáveis de desenvolvimento na primeiríssima infância.***

Apresentação: Ângela Coronel da Rosa, educadora física.



VERISSIMO

Medíocres

O Brasil talvez tenha a maior quantidade de políticos medíocres por metro quadrado do mundo. Estão concentrados nas duas casas do Congresso Nacional

Richard Nixon certa vez defendeu a mediocridade do seu governo dizendo que os medíocres também precisavam ser representados. Certa a intenção de Nixon. Os medíocres formam a maior parte da população de qualquer país e condená-los à irrelevância política ou a um governo de notáveis, de autocratas autoungidos ou de generais disfarçados, seria uma maldade antidemocrática. O próprio Nixon foi um exemplo de mediocridade bem-sucedida, pelo menos de acordo com o seu conceito de mediocridade e sucesso. No fim, teve que deixar o governo por

excesso de mediocridade, mas durante sua carreira foi uma inspiração para a categoria. Poucos medíocres chegaram tão longe.

O Brasil talvez tenha a maior quantidade de políticos medíocres por metro quadrado do mundo. Estão concentrados nas duas casas do Congresso Nacional, mas seu poder se espalha pelos Legislativos e Executivos estaduais e pelo Judiciário e chega ao Planalto como uma espécie de apoteose da teoria do Nixon. Congressistas brasileiros cuidam das suas vidas e dos seus bolsos e têm pronta a resposta para quem os acusa de medíocres: no Brasil, quem não é? Claro que há exceções, bons políticos cuja excepcionalidade só realça a mediocridade da maioria. A escuridão em volta destaca o

brilho. Mas a escuridão não para de aumentar.

No Brasil, a natureza colabora com o artista. Fornece paisagens espetaculares, poemas prontos, beleza por todos os lados. E, quando é preciso, também fornece metáforas e ironias conforme a ocasião. Ninguém descobriu até agora de onde vem o petróleo que está sujando as nossas praias. Existe representação maior e mais apropriada para a nossa situação do que uma sujeira cuja origem ninguém sabe? De onde vem esse negrume nas nossas almas, de que abismo, de que culpa nunca saldada?

Estamos pagando pela nossa mediocridade, será isso? Nos atacam no que temos de mais bonito, as praias. A escuridão já chegou a Itapuã.



RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Para manter as lutas que garantem direitos e os serviços que fazem a diferença na vida dos professores...



SINPRO/RS
Cartão do associado

SINPRO VANTAGEM
Rede de descontos



...o Sindicato só conta com a sua contribuição.

A manutenção da estrutura, assessorias e projetos do Sinpro/RS é uma decisão acertada de professoras e professores que sabem a importância de um Sindicato forte.



SINPRO/RS
Sindicato Cidadão